

ENTREVISTA

Desembargadora do TRT, Adenir Carruesco fala das mudanças trabalhistas e direitos

POLÍTICA SOCIAL

Mutirão da Conciliação chega à sétima edição; meta é atender duas mil pessoas

R E V I S T A

Maio 2023 - Edição 167 ANO 14 R\$ 10,90

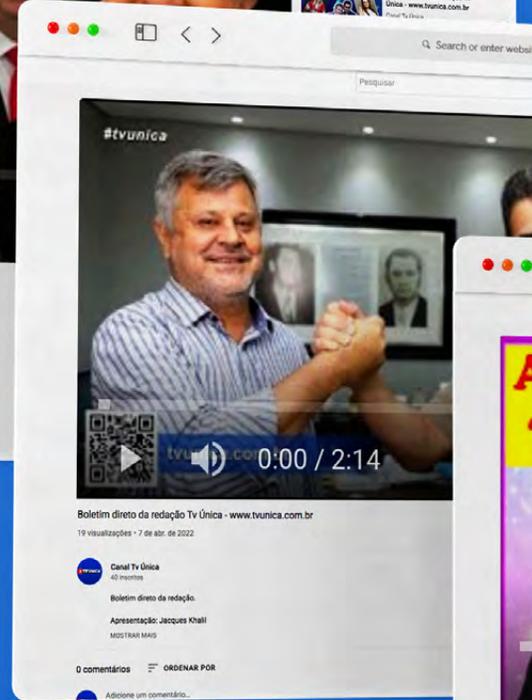
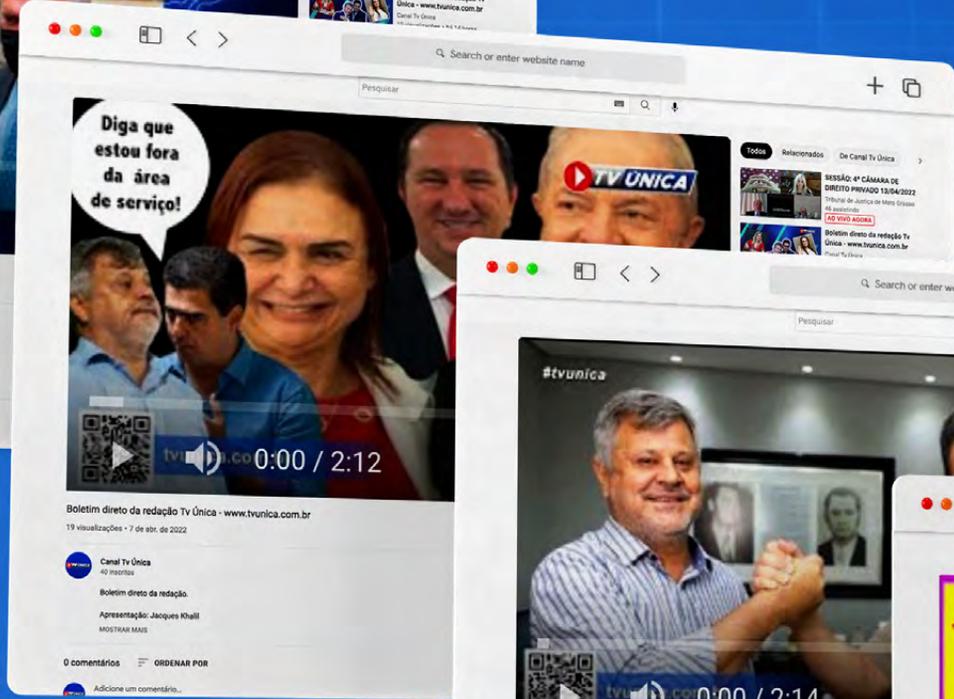
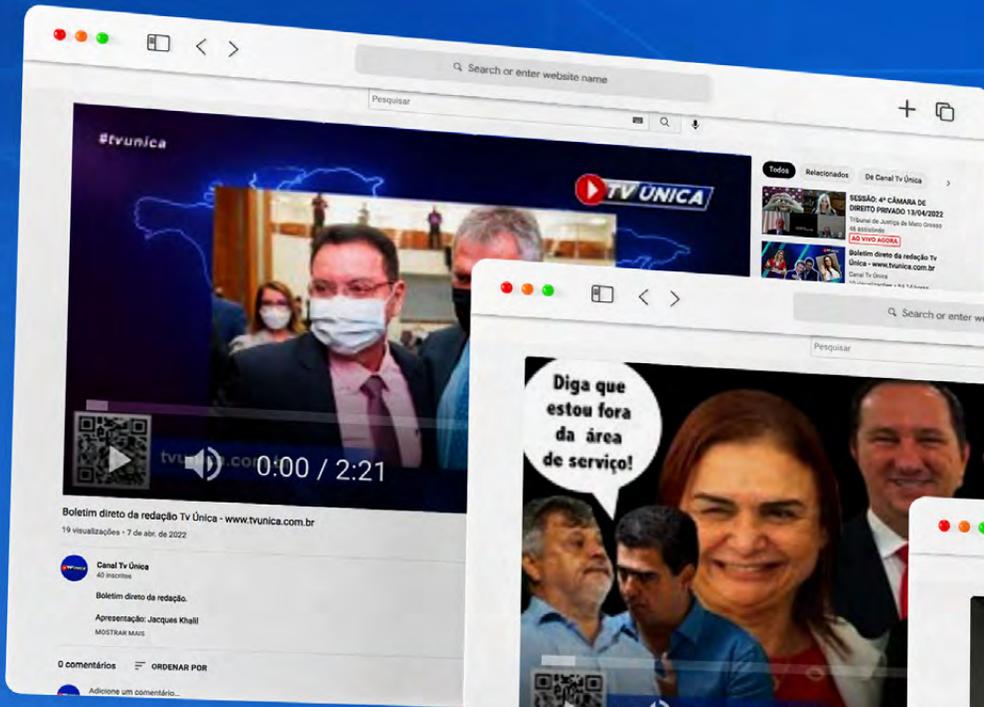
UNICAF

14
ANOS

**INIMIGO
ÍNTIMO:**
*Violências
contra crianças
e adolescentes
ainda são
“abafadas”
nos lares*



unicanews.com.br

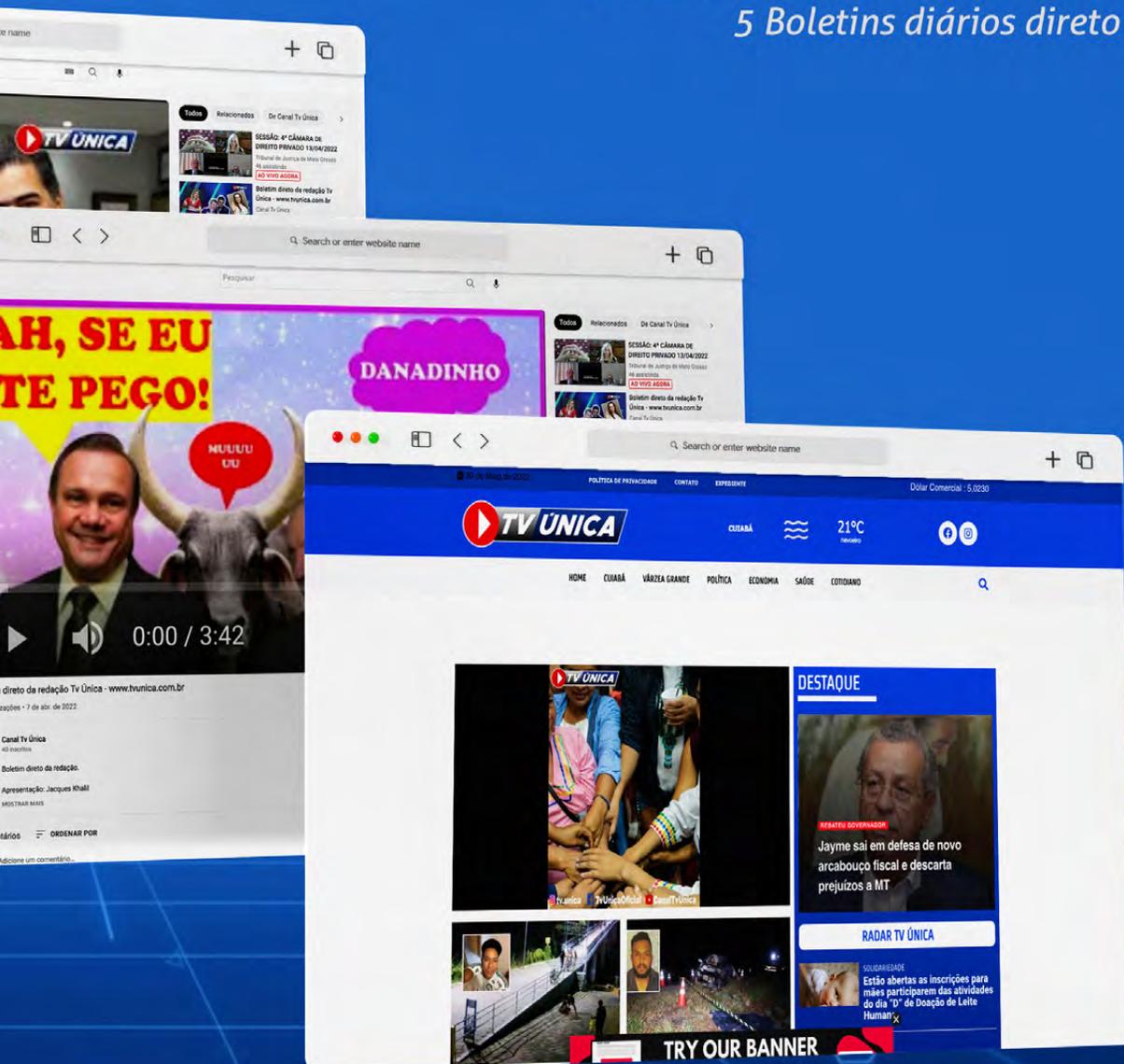


Mire a câmera do celular



INFORMAÇÃO IMPARCIALIDADE E CRIATIVIDADE!

*Notícias fresquinhas no portal a todo instante.
5 Boletins diários direto da redação.*





FUTURO INCERTO

“Crianças precisam de referencial, de segurança, de proteção. Precisam de adultos que as amem e estejam decididos a ensiná-las valores fundamentais.”

Mariana Benson

No intervalo de apenas um ano, mais de 10 mil crianças foram vítimas de algum tipo de violência em Mato Grosso. Mas esse número altíssimo não é a única preocupação. Destes casos, 90% ocorreram dentro dos próprios lares dos pequenos, de pessoas próximas.

Pais, padrastos, avós e até vizinhos e amigos da família estão entre os principais alçozes.

Nesta edição, trazemos aquilo que está sendo feito para coibir esses crimes e criar uma rede de proteção eficiente às crianças e adolescentes. Uma dessas iniciativas é da deputada estadual Janaina Riva, que propôs e o Governo sancionou a “Patrulha Henry Borel”, que vai atuar nos lares, orientando e protegendo aqueles que estão vulneráveis.

O nome da lei é em alusão e homenagem ao pequeno Henry Borel, de 4 anos, morto por espancamento no apartamento da própria mãe, cujo ex-namorado é acusado do crime. Uma lei nacional de proteção infantil também leva seu nome.

A entrevista deste mês de maio é com a Desembargadora do TRT, Adenir Carruesco. Ela fala sobre evolução dos direitos trabalhistas e como ela, primeira desembargadora negra do TRT, lutou a vida toda por essa causa.

Também falamos nesta edição sobre o autismo. Uma pauta tao importante e recorrente na Revista Única, justamente para quebrar tabus e estereótipos. Nesta edição, falamos com especialistas sobre o impacto do diagnóstico do Espectro Autista e a necessidade de políticas públicas para das suporte a essa faixa da nossa sociedade.

Isso e muito mais você vê nas nossas páginas, passando por Política, Economia, Agronegócio, Cultura, Saúde e muito mais.

Obrigada a todos vocês que estão conosco nestes anos todos, confiando no nosso trabalho e compromisso com a verdade!

Grande abraço,
Lucy Macedo
Diretora Geral



ESTE MÊS NA ÚNICA

20
CAPA

Em Mato Grosso, no ano de 2022, mais de 10 mil menores foram vítimas de algum tipo de violência



05
ENTREVISTA

“A CLT, embora seja uma senhora de 80 anos, passou por várias transformações”, diz desembargadora Adenir Carruesco



24
COMPORTAMENTO

“Receber o diagnóstico de autismo, sem dúvida, é uma das etapas mais difíceis”, diz terapeuta Gabriela Fernandes



14
POLÍTICA SOCIAL

Idealizado pelo vereador Rodrigo Arruda, Mutirão do Consumidor chega à 7ª Edição



36
CULTURA

O monólogo de 150 páginas desafia o leitor a reler diversas versões do mesmo fato, cada uma contendo pequenas alterações ou acréscimos, redundando em resultados completamente diferentes



Capa abril 2023

REVISTA
ÚNICA

Diretora-presidente
Lucy Macedo
lucymacedo@unicanews.com.br

Marketing
Roger Perisson
arte@unicanews.com.br

Editora e repórter
Aline Almeida
redacao@unicanews.com.br

Conselho Editorial
Lucy Macedo, Aline Almeida

Colaboração
Lucy Macedo, Aline Almeida,
Euziany Teodoro, Secom Prefeitura,
Secom ALMT e GCOM-MT

Revisão
Euziany Teodoro

Administração e Logística
Kamila Tomazi
kamila@unicanews.com.br

Fotos:
GCOM-MT, Secom ALMT,
Sicom-Prefeitura Cuiabá
Sérgio Soares, Arthur Passos
Roger Perisson

Comercial
(65) 3025 6500
(65) 98405 6400
lucymacedo@unicanews.com.br
comercial@unicanews.com.br

A revista ÚNICA é mensal, com circulação em Cuiabá e nas principais cidades de Mato Grosso.

A RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO DOS ANÚNCIOS, BEM COMO SUAS PRODUÇÕES E COMPROMISSOS INERENTES, SÃO DAS AGÊNCIAS E DOS ANUNCIANTES.

HERA
COMUNICAÇÃO LTDA

ANER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS

IVZ

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1.731,
Centro Empresarial Paiaaguás, sala 108, CEP: 78050000
Cuiabá - MT

www.unicanews.com.br



06 ENTREVISTA

16 AGRONEGÓCIO

30 ARQUITETURA E DECORAÇÃO

10 VOLTA AO MUNDO

18 ECONOMIA

34 DECOR

12 POLÍTICA

28 SAÚDE

38 ARTIGO



“Quando a legislação deixa lacunas, o Judiciário é quem deve preencher”, diz desembargadora Adenir Carruesco

A desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso fala sobre as transformações trabalhistas e direitos

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, Adenir Carruesco é natural de Santa Cruz de Monte Castelo (PR). Ela ingressou na Justiça do Trabalho mato-grossense em 20 de outubro de 1994, como juíza do trabalho substituta. Em 2004 foi promovida a titular e exerceu o cargo nas unidades de Alta Floresta e Primavera do Leste. Em 21 de outubro de 2005 foi removida para a 1ª Vara de Rondonópolis, onde permaneceu até sua posse como desembargadora, em dezembro de 2021.

Única – Vamos iniciar falando sobre sua trajetória e de como a senhora alcançou o cargo de desembargadora.

Adenir Carruesco – Eu já existia antes de nascer. A minha mãe, lá no Paraná, trabalhava na roça e tinha os pés todos sujos, de chinelo surrado, ia trabalhar. Ela via que passava uma moça toda bem vestida, toda limpinha, que dava aula no sítio, ela

se chamava Adenir. Minha mãe dizia: quando eu tiver uma filha, minha primeira filha vai ser mulher e vai se chamar Adenir. Eu quero que minha filha tenha uma vida diferente da minha. Ela se casou, eu nasci e me deu o nome de Adenir. Sobre a minha formação, eu comecei fazendo magistério, comecei dando aula na zona rural. Com 18 anos eu fiz o concurso público na justiça estadual para escrevente no Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, fiz o concurso para escrivã e comecei a trabalhar em Dourados, Mato Grosso do Sul. Lá fiz a faculdade de Direito, me apaixonei pelo direito do trabalho, me propus a ser justiça do trabalho, foi como muita dedicação que hoje estou no TRT de Mato Grosso.

Única – Estamos ainda em adaptação à reforma trabalhista, com as pessoas conhecendo as mudanças aos poucos em relação a 2017. Também temos possibilidade de novas reformas. Na prática, quais foram as alterações mais significativas da última reforma?

Adenir Carruesco – Sofremos

muitas transformações, tanto na sociedade quanto na legislação trabalhista. A crítica que se faz é à nossa velha CLT. A CLT está cumprindo agora os 80 anos, está uma senhora idosa, passou por algumas transformações, fez botox, preenchimento, mas na essência, continua como importantíssimo instrumento de construção social. Tivemos várias transformações. Basta lembrar que, algum tempo atrás, ela constava em relação às mulheres, que ao marido era facultado rescindir o contrato de trabalho, botar fim, se ele achar que estivesse atrapalhando as atividades do lar ou se ele achasse que fosse prejudicial. A CLT, embora ela seja uma senhora de 80 anos, ela não é a mesma de 1943, ela passou por várias transformações. Até porque a legislação é feita para uma determinada época, uma determinada sociedade e um determinado local, não pode importar de um lado para outro que pode não surtir os efeitos adequados, pode não disciplinar e ser adequada aquele momento. A CLT de 1949 realmente não é a ideal para o momento. Ela passou por alterações, algumas no sentido de

crescimento e outras de pequenos regressos que remete à remição de direitos. Mas as principais mudanças foram em relação à compensação de jornada. O empregado trabalha mais em um dia para abater em outro. Teve uma série de mudanças. A questão da terceirização, que ficou disciplinada de uma forma mais aberta. O Supremo decidiu que a terceirização pode ser não só em relação à atividade meio, mas também a atividade fim. Foram várias transformações. Algumas às vezes dá a impressão de supressão de direitos, mas precisamos olhar a legislação trabalhista como um todo. Você tem que analisar o propósito do direito do trabalho, que é melhorar as condições do trabalho como um todo e equilibrar o capital e o trabalho, proporcionar crescimento e combater desigualdades.

Única - Cite uma das alterações.

Adenir Carruesco – Antes, se o empregador concedesse benefício de tratamento médico, estudo, era considerado como salário. Se ele pagasse uma faculdade para o filho do empregado, sobre o valor dessa faculdade ele teria que pagar férias, décimo terceiro. Isso inibia alguns empregadores de concederem benefícios. Essas transformações, no sentido de que não será considerada parcela salarial. Se você olha, parece que retirou direitos dos trabalhadores. Mas houve um incentivo maior para que fosse concedido esse benefício e uma adequação para os tempos atuais.

Única – Estamos vivenciando uma era da “pejotização” (PJ) por conta dessas mudanças trabalhistas? Qual o risco?

Adenir Carruesco – É preciso ter cuidado para separar uma coisa da outra. Muitas as vezes é realmente um contrato de trabalho com uma pessoa jurídica. Em outras vezes, a própria pessoa jurídica não tem interesse em trabalhar com carteira assinada. Até porque existe um mundo fora da carteira assinada e muitas das vezes é escolha do trabalhador. Precisamos de um diálogo, uma interlocução com a sociedade como todo para ver o que

é melhor. Por exemplo, às vezes um profissional médico trabalha como pessoa jurídica e para ele é muitas vezes o ideal. Como empregado ele teria um desconto de 27% no imposto de renda. Como pessoa jurídica, ele não teria esse desconto, chegaria a 10%, para ele é muito mais vantagem. Como empregado, ele também não seria dono do tempo dele, teria que colocar o tempo à disposição do empregador. As vezes temos que olhar para a realidade, ver o que é melhor para a sociedade, por isso é bom um debate mais aprofundado, separar o joio do trigo. O que não pode é contratar uma pessoa jurídica para fazer faxina. Que autonomia tem uma pessoa dessa? A legislação vai até um determinado ponto e precisamos fazer essa distinção. Essa distinção, por vezes, cabe ao Judiciário. Quando a legislação deixa lacunas, o judiciário é quem tem que preencher.

Única – Neste ambiente de mudanças, a senhora acredita que o home office seja um caminho sem volta para algumas profissões?

Adenir Carruesco – Vou dar um exemplo da Justiça do Trabalho. Grande maioria dos servidores com a pandemia foi para o teletrabalho. A princípio, ninguém queria ir para o teletrabalho. Numa classe de advogados encontramos certa resistência para aderir. Depois, quando se acostumaram, estamos encontrando uma dificuldade para o retorno presencial. O teletrabalho tem uma flexibilidade de tempo, de não ficar no trânsito. Mas traz outros aspectos, principalmente no psicológico, por trabalhar no sistema de isolamento, na sua casa. Às vezes nem todos têm a disciplina de separar o que é horário do trabalho, o que é horário da família. Está fazendo alguma coisa e levanta para ir ao mercado. Não otimiza o tempo e dá até a sensação de que está trabalhando mais do que deveria, pois não organiza. Para fazer o teletrabalho a pessoa precisa ter uma autodisciplina muito grande e mais, tem que estar preparado psicologicamente. O ambiente de trabalho precisa de gente e esse isolamento as vezes pode trazer

alguns transtornos psicológicos. Acredito que o home office veio para ficar. Mas precisamos controlar os impactos disso e ainda temos que realizar muitos estudos. Temos que pensar que a tecnologia vem para servir o homem. Tudo que for impactar negativamente, temos que controlar.

Única – Quais as principais demandas no Tribunal do Trabalho de Mato Grosso?

Adenir Carruesco – A Justiça do Trabalho tem uma atuação muito vasta. Muitos pensam que fica só nos assuntos de férias e décimo terceiro, FGTS. Trabalhamos com casos de dispensa discriminatória, com questões de acidentes de trabalho, com indústria, agronegócio, comércio. A Justiça do Trabalho o material é o direito do trabalho, mas em vários ramos do direito, o direito tributário, previdenciário, eventualmente com conceito do direito penal.

Única – A senhora falou sobre dispensa discriminatória. Acontece muitos casos em Mato Grosso?

Adenir Carruesco – Inclusive foi uma questão de evolução do nosso direito. Não falávamos de dispensa discriminatória até algum tempo atrás. Hoje temos toda legislação, uma conscientização, o povo conhecendo como funciona. Acontece uma dispensa discriminatória por algum tipo de doença, doença que possa causar estigma. Pessoas por ignorância ou puro preconceito acaba dispensando o empregado. As vezes a dispensa pode ser por questão de inclinação sexual ou por qualquer outro motivo. As vezes dispensa discriminatória por questão de gênero. Não é com tanta frequência como os demais casos, mas acontece.

Única – Vimos com a polarização no país a dispensa discriminatória por divergência política.

Adenir Carruesco – Sim, principalmente nas últimas eleições. Tivemos casos de dispensa discriminatória por conta de ideologia política.

Única – Nessa questão de desligamento e afastamento, para o trabalhador, é fácil identificar a dispensa discriminatória? E como agir nestes casos?

Adenir Carruesco – O mais importante é que a população esteja informada e que a população conheça seu direito. Para isso o TST, a Justiça do Trabalho como todo sempre promove seminários e está divulgando a questão da dispensa discriminatória. Ocorrendo uma dispensa discriminatória nós temos o que se chama jus postulante. A própria parte pode reclamar na Justiça do Trabalho. Mas o ideal é que ela faça por meio do advogado, o advogado tem todo conhecimento técnico para conduzir a causa da melhor forma possível. A dispensa depende do contexto, as vezes quando acontece por questão de ideologia política, o empregado tem que demonstrar de alguma forma que ele foi dispensado por conta da opinião ou pensamento político. Mas tem situações que o direito trata de forma especial. Quando a pessoa tem uma doença que causa estigma, neste caso, se a pessoa foi dispensada, presume que foi uma dispensa discriminatória. A empresa tem que trazer as provas, dizendo que a dispensa foi por motivo técnico ou outro. Comprovar que junto com ele foram demitidos outros, por exemplo.

Única – Adenir, porque muitos processos trabalhistas acabam

virando uma verdadeira dor de cabeça? Há casos, por exemplo, da pessoa até vir a óbito e não conseguir receber indenização em um processo trabalhista.

Adenir Carruesco – Não tem coisa que dói mais que um empregado que entra na Justiça e você vê que o processo dele ficou, ficou e ele acabou não recebendo. Primeiro temos uma complexidade processual de recursos. Depois que o juiz deu a sentença, qualquer das partes pode recorrer. Depois que recorreu no Tribunal ainda existe uma possibilidade de casos específicos de recorrer ao TST, que é a última instância. Depois que volta do TST, quando se resolveu tudo, volta e começa o processo de execução. Daí vai procurar bens do devedor para pagar a dívida. Quando é uma empresa grande, intima e eles pagam logo. Se não pagar, tem a ferramenta que chama BacenJud, que é a penhora online. Já pega o dinheiro na conta e vai rápido. Mas muitas das vezes têm os pequenos, quando chega na fase de execução, não encontra bens, não tem disponibilidade e aí precisa fazer a penhora. Penhora um veículo, uma casa, depois que faz a penhora, intima da penhora. Pode ser que a parte diga, esse bem não podia penhorar porque era de família. Daí o juiz decide, o tribunal e pode ir ao TST. A complexidade de recursos complica a vida do trabalhador que foi buscar seu direito. Mas a Justiça do Trabalho é uma das mais rápidas que se tem. O juiz faz a sentença muito rápido, no Tribunal tem sido julgado muito rápido. Só que a complexidade da causa e do sistema recursal é que complica. Outra coisa é nosso perfil brasileiro. Esse espólio de execução que temos, não existe em país de primeiro mundo. Onde quando o juiz decide paga, paga logo. Aqui no Brasil, depois que o juiz mandou pagar, tem toda a via crucis. O perfil litigante ao extremo parte do perfil brasileiro.

Única – Temos uma realidade triste no Brasil que é o trabalho escravo. Fale um pouco sobre esse assunto.

Adenir Carruesco – É uma chaga ainda na nossa sociedade. Não acontece com tanta frequência, mas uma única situação de trabalho escravo afeta toda a sociedade. Isso não pode acontecer, é grave, adoce a sociedade como um todo. É preciso entender que essa situação de trabalho escravo não tem nada a ver com que aconteceu na história, com a escravidão brasileira. É uma escravidão que a gente considera uma situação degradante como o de análogo ao escravo. A situação, quando feita a fiscalização, se o empregador não cumpre as normas básicas de proteção ao trabalhador, isso é considerado trabalho escravo. Se o dormitório não tem a cama com colchão na espessura correta, se não tem água potável, isso é trabalho escravo. A jornada excessiva, aquilo que compromete a saúde do trabalhador, pode ser considerado trabalho escravo. O trabalho escravo contemporâneo tem muito a ver com a liberdade de ir e vir, embora, em algumas situações foram encontrados trabalhadores que tinham documentos apreendidos e dívidas com o empregador, que impedia de deixar o trabalho. Era uma situação muito mais grave. Temos ainda hoje algumas situações de resgate neste sentido.

Única – Mudando de assunto: o teste da proposta de redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais sem diminuição nos salários foi um sucesso no Reino Unido. No Brasil, algumas empresas também já começam a adotar esse modelo. Pode dar certo? Se tiver a adoção pela empresa, muda em algo os direitos trabalhistas?

Adenir Carruesco – Isso é o ideal que todo trabalhador quer, trabalhar menos e ganhar mais. Só que toda modificação que a gente pretende copiar de algum outro país, a gente precisa estudar e analisar de acordo com a nossa realidade. É muito difícil dar uma resposta sem saber em que implicaria tudo isso. Se hoje, com uma pessoa trabalhando 8 horas por dia, recebe salário mínimo R\$ 1.320 por mês, nesse

“EU ADORARIA QUE OS NOSSOS TRABALHADORES TRABALHASSEM MENOS E GANHASSEM MAIS, SÓ QUE A GENTE PRECISA PENSAR TAMBÉM: NÃO EXISTE ALMOÇO DE GRAÇA. QUEM VAI PAGAR A CONTA?”, INDAGA ADENIR CARRUESCO.

patamar nós vamos conseguir diminuir essa jornada sem afetar o salário do cidadão? Nós temos que ver a nossa realidade. Toda norma, toda alteração, é feita para uma determinada sociedade, para uma determinada época. Então, a gente precisa fazer estudos, audiências públicas pra ver qual seria o impacto disso. É o ideal. Eu adoraria que os nossos trabalhadores trabalhassem menos e ganhassem mais, só que a gente precisa pensar também: Não existe almoço de graça. Quem vai pagar a conta? Então, as vezes você tem que saber de onde vai sair esse dinheiro para diminuir a produção e os impactos que uma decisão como essa causaria. É bom é, mas preciso ser consequente em tudo que faço.

Única – Falando em cenário de mercado de trabalho: mesmo com muitas conquistas, vivemos discrepâncias consideráveis no mercado de trabalho quando falamos de vagas para homens e mulheres, principalmente nos cargos de chefia. No TRT, essa ocupação, como em outros órgãos, também não deve ser igualitária. Qual a realidade? O que esse cenário de desigualdade representa e o quanto precisamos avançar?

Adenir Carruesco – Tem bastante a se melhorar. Vamos falar da atividade privada e da atividade pública. Na Justiça por exemplo, temos quase uma equiparação. Na Justiça do Trabalho temos um pouco mais de 50% de mulheres nos cargos. Na Justiça Estadual é mais ou menos parecido. Mas quando chega nos Tribunais Superiores o número de mulheres cai. Nos cargos mais altos o número de mulheres diminui. No Supremo temos duas mulheres. No TST temos 27 cargos e seis mulheres. Isso se reproduz em toda a sociedade, nos cargos mais elevados tem menos mulheres. Nos tribunais inferiores já avançamos muito. Temos que aplaudir, o avanço foi grande, de 2008 a participação feminina das magistradas estava em torno de 24%, agora quase igualamos. Nós evoluímos, mas ainda temos que avançar principalmente quando falamos em cargos de chefia. Na iniciativa privada a gente vê também isso.

As mulheres não ocupam os altos cargos. Mas aí temos dois aspectos para analisar. De um lado, a questão da oportunidade para as mulheres. Nem sempre é concedida a oportunidade para as mulheres para exercer altos cargos. Mas às vezes até a própria mulher precisa ser mais ousada e quando a porta está aberta, entrar. Muitas vezes a mulher não aceita um cargo de gerente geral de uma empresa porque isso implica em viajar, ficar fora. As vezes o projeto de vida da mulher, e o direito dela é estar onde quiser, e muitas vezes a mulher não está disposta a ocupar aqueles cargos que vai demandar muito tempo fora de casa. Geralmente esses cargos altos têm esse perfil. Temos que estudar os avanços, saber onde a porta está fechada e abrir.

Única – Recentemente, o nome da senhora chegou a ser cotado como uma possível indicação ao STF. O que essa possibilidade representa?

Adenir Carruesco – No nosso sistema, compete ao presidente da República fazer a indicação. Nós, como magistrados, colocamos nossos nomes à disposição para que o presidente avalie os currículos e qual é a pauta que ele quer e qual a matriz de competência que ele entende que seja interessante para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal. Independente de meu nome ou de qualquer outra pessoa, é interessante que o Supremo tenha bastante representatividade. Como está composta a nossa sociedade? Essa sociedade tem que ter voz, vez e representatividade em todos os órgãos. A cara do Brasil tem que estar espelhada em todos os órgãos, no Executivo, essa cara tem que estar lá. As pessoas tem que olhar pra esses órgãos e se sentirem representadas lá. Porque os que ocupam uma posição de poder ou altos cargos, acabam se tornando espelho e referência para todos os seus semelhantes. Quando uma mulher, quando uma pessoa negra me vê no cargo que eu estou, ela diz 'eu posso', e ela sente que está representada e aquele sentimento, descrito pela cultura africana Ubuntu, que diz: 'eu sou, porque nós somos'. Você empodera as pessoas que são semelhantes a você. A gente

tem o compromisso de exercer essa liderança, quando você está num cargo de poder não é que eu quero ser ou não ser líder. Você só escolhe se quer bom líder ou mau líder, porque você exerce uma posição, você tem responsabilidade. Tem um monte de pessoas que se espelham em você, por isso, cuidado com o que fala. Quanto à indicação ao STF, compete ao presidente da República, ele vai indicar quem tem que ser. A única coisa que é importante é que toda a sociedade se sinta representada, se não tiver, a voz que está lá não é a do povo brasileiro.

Única – Como é para senhora estar num cargo tão importante, como mulher e negra?

Adenir Carruesco – No meu discurso de posse no Tribunal eu ressaltar que sou a primeira juíza negra de carreira que ascendeu ao cargo de desembargadora em Mato Grosso. Não tenho o mapeamento sobre o número de desembargadoras negras que temos no Brasil, mas tenho certeza que são pouquíssimas. Mas quando a menina negra vê a desembargadora negra lá, isso representa um empoderamento, ela se vê lá. Você tem que olhar e se ver, sentir sua autoestima e seu valor e dizer eu posso. Existe esse compromisso da mulher para com a mulher, do negro com o negro, da sociedade como um todo. Todas as minorias têm que, de alguma forma, se sentir representadas. A sociedade é um todo e cada parte faz parte do todo. A gente se realiza na medida que sentimos mais útil a si mesmo e ao próximo. A sociedade ideal não obriga as pessoas a crescerem, mas dá igualdade de oportunidade, que todos possam crescer. E é por isso que a gente luta. ▴

“NÓS EVOLUÍMOS, MAS AINDA TEMOS QUE AVANÇAR, PRINCIPALMENTE QUANDO FALAMOS EM CARGOS DE CHEFIA. NA INICIATIVA PRIVADA A GENTE VÊ ISSO TAMBÉM. AS MULHERES NÃO OCUPAM OS ALTOS CARGOS”, RESSALTA ADENIR CARRUESCO.

Volta ao Mundo



UNICEF APONTA QUE 12 MILHÕES DE MENINAS SE CASAM ANTES DOS 18

O casamento infantil ainda é um enorme problema global, que preocupa o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O instituto divulgou dados recentes sobre o tema. Estima-se que, hoje em dia, 640 milhões de meninas e mulheres vivas tenham se casado antes do 18º aniversário. Anualmente, 12 milhões de meninas se tornam esposas no mundo contemporâneo.

Em cinco anos, o número de mulheres que se casam na infância caiu de 21% para 19% – o que representa um declínio insuficiente. Para alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que pretendia erradicar o matrimônio infantil até 2030, a diminuição deveria ser 20 vezes mais rápida.



POLUIÇÃO PODE CAUSAR CÂNCER DE PULMÃO EM PESSOAS QUE NÃO FUMAM, DIZ ESTUDO

Apenas três anos de exposição ao ar contaminado por partículas finas (PM2,5) são suficientes para favorecer o aparecimento de câncer de pulmão, mesmo em quem nunca fumou. Esse tipo de poluição é causado, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis e pela atividade industrial. Um estudo publicado na revista Nature, que acompanhou 32.957 pacientes não tabagistas com mutação no gene EGFR, uma das mais comuns associadas à doença, mostrou que, nessas pessoas, o contaminante interage com a genética, elevando consideravelmente o risco do desenvolvimento do tumor.

A associação do câncer de pulmão – o tipo que mais mata no mundo – com a poluição já foi estudada previamente, mas não era bem compreendida, explicou, em uma coletiva de imprensa on-line, Charles Swanton, líder do estudo e pesquisador do Instituto Francis Crick, na Inglaterra. Segundo o cientista, até hoje acreditava-se que agentes cancerígenos no meio ambiente danificavam o DNA, provocando mutações, e que, por isso, os tumores se desenvolviam.



EXECUÇÕES POR PENA DE MORTE AUMENTAM 52% EM 2022, INDICA RELATÓRIO

A Anistia Internacional divulgou um relatório sobre a pena de morte em todo o mundo no ano de 2022, que revela que o número de execuções aumentou 53%. No ano passado, foram cumpridas 883 sentenças em 20 países, o número é o mais elevado dos últimos cinco anos. Em 2021, foram 579 execuções.

A China continua a ser o país com maior número de execuções, embora os números exatos não sejam conhecidos por serem classificados como segredo de Estado. Os dados divulgados no recente relatório excluem, portanto, as milhares de sentenças que se acredita que foram cumpridas em território chinês, assim como no Vietnã, Afeganistão, Síria e na Coreia do Norte – países nos quais a organização não-governamental supõe que a pena de morte tem sido largamente utilizada.



PORTUGAL DESCRIMINALIZA EUTANÁSIA

O Parlamento de Portugal aprovou, no dia 12 de maio, a descriminalização da eutanásia no país, apesar do último veto do presidente conservador, Marcelo Rebelo de Sousa. Partidos de direita rejeitam o projeto de lei e ameaçam recorrer ao Tribunal Constitucional.

A lei foi aprovada com a maioria dos políticos de esquerda. Foram 129 votos do Bloco de Esquerda, do Partido Livre, dos ativistas dos direitos dos animais e da Iniciativa Liberal (único partido de direita favorável à lei). Várias versões do projeto foram levadas ao Parlamento. Uma das mais recentes ocorreu em 19 de abril. O texto define a morte assistida como “uma morte por opção”. E tal recurso poderá, a partir de agora, ser aplicado a adultos que apresentem sofrimento grave ou que tenham uma doença incurável. Também será aplicável quando for praticado ou assistido por profissionais da saúde.

O suicídio assistido será prioridade, principalmente em casos de pacientes portadores de deficiência, que são incapazes de fazer a ação por conta própria



PIB DE MATO GROSSO CRESCEU O TRIPLO DA MÉDIA NACIONAL DESDE 2002

Mato Grosso foi o estado brasileiro com maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desde o início do século. Entre 2002 e 2020, o PIB do Estado cresceu 5,42% ao ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que é quase três vezes maior que a média nacional anual, de 1,96%.

Em 2022, estima-se que o crescimento da economia mato-grossense seja ainda maior: 10,3%, segundo projeção do Banco do Brasil, o que, mais uma vez, é o triplo do PIB nacional, calculado em 2,9%. Parte do desempenho mato-grossense se deve ao agronegócio, que movimenta 56% do PIB estadual. Também ao crescimento da indústria e do setor de serviços.

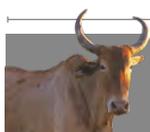
Mato Grosso também é um dos estados com menor taxa de desemprego, segundo levantamento do IBGE. Dado mais recente aponta que a desocupação em Mato Grosso é de 3,5%, na média do último trimestre de 2022 - percentual menor do que a taxa de países do G7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido), calculada em 3,9% em dezembro.



PRIMEIRA-DAMA MARCIA PINHEIRO LANÇA 3ª EDIÇÃO DO BAZAR SOLIDÁRIO

Foi lançada a terceira edição do Bazar Social realizado pela primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro. A iniciativa irá beneficiar a Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer de Mato Grosso, uma instituição respeitada que trabalha por uma causa nobre há mais de 30 anos. A expectativa é disponibilizar mais de 5 mil peças de roupas, calçados e acessórios para vestuário feminino, masculino e infantil. As roupas foram adquiridas na modalidade de doação feita pela sociedade civil, grupos organizados, servidores públicos e filantrópicos.

As últimas edições do bazar, realizadas em 2018 e 2019, arrecadaram R\$ 18 mil e R\$ 30 mil, respectivamente. O valor foi destinado para a coordenação do Programa Siminina e à creche filantrópica Irmã Hylda, do bairro Novo Paraíso II. A expectativa é que, neste ano, o resultado seja ainda melhor, proporcionando maior ajuda à Rede Feminina de Combate ao Câncer. O Bazar Solidário acontecerá nos dias 6 e 7 de junho, na Secretaria Municipal da Mulher. A parceria entre a primeira-dama, a Secretaria Municipal da Mulher e a Rede Feminina de Combate ao Câncer reforça a importância da solidariedade e da união em prol de uma causa nobre.



\$\$ - INDICADORES ECONÔMICOS - \$\$



COTAÇÕES DE BOI (PREÇO À VISTA)		PREÇOS DA SOJA		PREÇOS DO MILHO	
Cidade	R\$/@ Boi a Vista	Mercado Interno	R\$/sc/Venda	Mercado interno	R\$/sc/venda
Alta Floresta	240,65	Alto Araguaia	118,45	Campo Novo do Parecis	49,45
Alto Boa Vista	240,82	Campos de Júlio	111,67	Campo Verde	54,10
Barão de Melgaço	242,03	Canarana	110,47	Diamantino	50,60
Cáceres	242,94	Nova Mutum	114,65	Ipiranga do Norte	48,10
Denise	243,41	Nova Ubiratã	112,44	Lucas do Rio Verde	49,15
General Carneiro	240,25	Primavera do Leste	117,91	Querência	48,15
Juara	239,39	Sorriso	113,21	Rondonópolis	55,00
Poconé	243,75	Tangará da Serra	110,93	Sapezal	48,70

O Bateras Beat Cuiabá

É OUTRO PATAMAR!

A Maior e Melhor
ESTRUTURA

A Melhor Equipe de
PROFESSORES

Os Maiores Eventos
PARA ALUNOS

Metodologia EXCLUSIVA

A MAIOR Rede de Escolas de
MÚSICA DA AMÉRICA LATINA

**ESCOLA DE
MÚSICA**

www.baterasbeatcuiaba.com.br

   /baterasbeatcuiaba



UNIDADE
01 Quilombo/Centro
Filinto Müller, 829
(65) 9 9994.6505

UNIDADE
02 Jd. das Américas
Rua La Paz, 546
(65) 9 9350.1091

Idealizado pelo vereador Rodrigo Arruda, Mutirão do Consumidor chega à 7ª Edição

A expectativa é que mais de 2 mil pessoas sejam atendidas; o evento é uma oportunidade para consumidores quitarem as dívidas



 ALINE ALMEIDA

O vereador Rodrigo Arruda e Sá, por meio da Comissão de Defesa do Consumidor e Contribuinte, promove a 7ª Edição do Mutirão do Consumidor. O evento será nos dias 21, 22 e 23 de junho de 2023, na Praça em frente da Câmara Municipal de Cuiabá. O projeto, que nasceu durante a pandemia, já atendeu mais de 6 mil pessoas.

Rodrigo, que é o idealizador da ação, salienta que o mutirão é a oportunidade de a população

negociar dívidas com abatimento de juros e multas, parcelamentos, e consultar o SPC. Na ocasião, os participantes também vão poder conferir vagas de emprego, receber orientação jurídica sobre o direito do consumidor, autorização para emissão gratuita de documentos, entre outros.

Os atendimentos acontecerão nos dias 21, 22 e 23 de junho de 2023, das 9h às 17h. “Tudo que é referente a dívida, estaremos renegociando.

Nesta sétima edição, a expectativa é atender mais de 2 mil pessoas. No total de todas as edições, já atendemos mais de 6 mil pessoas”.

De acordo com o vereador, o evento é uma ótima oportunidade para aqueles que queiram quitar os débitos. “O mutirão do consumidor nasceu na época da pandemia. Estávamos saindo da pandemia, pessoas passando necessidade, devendo água, luz, porque passaram muito tempo sem trabalhar



ou perderam os empregos. Conversamos com parceiros para juntos ajudarmos essas pessoas. Hoje esse mutirão tem até balcão de emprego. Precisamos falar de educação financeira e novas fontes de renda extra. Isso vem através de oportunidades de emprego e capacitação profissional, ampliamos os parceiros para tratar do bem-estar mental e físico da população” informou o parlamentar.

Já foram realizadas seis edições do mutirão. A 1ª foi no Centro de Cuiabá, em frente da Câmara Municipal de Cuiabá, em 2021. A 2ª Edição foi no Bairro Pedra 90 na Creche Rafael Rueda, em 2021. A 3ª no Bairro CPA I, no Centro Comunitário do CPA I, em 2022. A 4ª Edição no Bairro Alto da Boa Vista, no Centro Comunitário do Bairro, em 2022. A 5ª no Centro de Cuiabá em frente a Câmara Municipal de Cuiabá, em 2022. E a 6ª Edição foi no Centro de Cuiabá, na Praça da República, em 2023. ▲



Confira os serviços ofertados no Mutirão do Consumidor

GABINETE ITINERANTE VER. RODRIGO ARRUDA E SÁ - Atendimento das demandas dos Bairros; Assessoria Jurídica Gratuita e Orientações para regularizar Título de Eleitor.

DETRAN – IPVA; Emissão e Renovação de CNH e Outras demandas de competência do DETRAN.

SINE DA GENTE - Formalização de Microempreendedores; Balcão de Empregos; Carteira de Trabalho Digital e Outras demandas de competência do SINE.

DEFENSORIA - Revisão de Contratos de Financiamento e de Empréstimos; Renegociação de Dívidas relacionadas ao fornecimento de água, energia elétrica e telefonia e Declaração de Hipossuficiência.

ÁGUAS CUIABÁ - Negociação e Renegociação de Dívidas; Ligação de Energia e Regularização de Cadastro.

PROCON - Orientação com relação a Negociação com Bancos; Orientação com relação a Negociação com Energisa e Águas Cuiabá e Assessoria Jurídica com relação ao superendividamento.

ENERGISA - Pagamento à vista: Isenção de Encargos (juros, multa e correção monetária); Entrada de 15% da dívida; Parcelas até 24 vezes; Propostas de Negociação e Renegociação; Troca Gratuita de até 04 lâmpadas led e Cadastro na Tarifa Rural e Social.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Orientações jurídicas e sociais, causas de menores complexidades envolvendo Direito do Consumidor; Negativação e Cobranças Indevidas; Contrato de telefonia, energia, água e internet; Cobrança; Conflitos de Vizinhaça; Questões da família através da mediação judicial; Divorcio consensual; Pensão Alimentícia, Guarda e Visita.

HEMOCENTRO - Doação de Sangue.

BANCO ITAÚ - Negociações de dívidas e abertura de contas.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - Negociação de dívidas de ISS, IPTU, ITBI, Taxas e Contribuição.

SEMOB - Negociação de dívidas de taxas e multas municipais.

PROCURADORIA MUNICIPAL - Negociação de dívidas de impostos municipais.

PARCELAMOS TUDO E NYPAG - Pagamento de Boletos Parcelados.

CASA DO ZECA – Associação Beneficente.

TITÂNIA TELECOM – Propostas de contratos de internet.

FARMÁCIA ECONOMIZE – Venda de Medicamentos e promoções especiais.

SUPERMERCADOS COMPER – Balcão de Empregos.

ATACADÃO - Balcão de Empregos.

PAX NACIONAL PREVER – Ofertas Especiais

CETEM - Designer de Sobancelha; Higienização Facial; Revitalização Facial e Massagem Quick.

MINI PREÇO ÓTICA E RELOJOARIA – Ofertas Especiais.

Agricultura de irrigação pode triplicar a produtividade de MT

Durante evento no Nebraska, Estados Unidos, Mauro Mendes afirmou que o Estado pode chegar a 4 milhões de hectares em áreas irrigadas



 **ALINE ALMEIDA**

O governador Mauro Mendes defendeu, durante a Global Conference Water for Food, evento realizado em Lincoln, capital do estado de Nebraska, nos Estados Unidos, o uso da agricultura de irrigação. Segundo Mendes, essa metodologia pode aumentar em até três vezes a produtividade nas áreas de plantio de Mato Grosso. Estudo realizado recentemente pela Associação dos Produtores de Feijão, Pulses, Grãos Especiais e Irrigantes de Mato Grosso (Aprofir-MT), juntamente com especialistas, revela que atualmente a área irrigada do Brasil é de 8,2 milhões de hectares e Mato Grosso responde

por 178 mil hectares. No entanto, há um potencial de quase 4 milhões de hectares para áreas irrigadas no Estado.

“A falta dessa tecnologia de irrigação e outras fazem com que a nossa produtividade por hectare seja baixa, se comparada a algumas áreas dos EUA. Como exemplo, na produção de milho a nossa produtividade média é de 6 mil toneladas por hectare, enquanto nos EUA está em torno de 15 mil toneladas por hectare, quase três vezes mais”, citou.

Estudo produzido pela Universidade Federal de Viçosa (MG), em parceria com a Imafir/Aprovir e Universidade do Nebraska, mostra que Mato

Grosso é o estado brasileiro com maior capacidade de expandir a produção por meio da irrigação, obtida via recursos aquáticos subterrâneos. Mato Grosso já é o maior produtor de alimentos do Brasil.

“A irrigação é, sem dúvida alguma, uma das maiores oportunidades que nós temos para aumentar a produção nos próximos anos. Da grande produção que temos, a parte que é feita com irrigação é muito pequena. Estamos cultivando 12 milhões de hectares para a agricultura e apenas 1,5% é feito com irrigação. Em Mato Grosso, temos potencial para ter quase 4 milhões

de hectares para áreas de irrigação”, confirma Mauro Mendes.

De acordo com o governador, é preciso investir em mais estudos para conhecer os aquíferos existentes no estado e, assim, expandir a prática de forma ambientalmente sustentável.

“Queremos produzir mais, porém preservando nosso bioma, em especial a Amazônia. E para fazer isso, teremos que contar com tecnologias dominadas em muitas partes do planeta. Por isso queremos aprofundar a relação com o Estado de Nebraska, que é referência em irrigação, com seus pesquisadores e atores econômicos. A expansão da agricultura irrigada deve acontecer principalmente por meio desse estudo, que queremos iniciar sobre a utilização de aquíferos subterrâneos”, complementou.

Mauro Mendes ainda lembrou que Mato Grosso tem metas ousadas para continuar sendo um grande produtor de alimentos e seguir preservando 62% do território.

“Nesse desafio de preservar o planeta, ter uma economia de baixo carbono e ao mesmo tempo aumentar a produção de alimentos, Mato Grosso pode dar uma grande contribuição. Teremos plenas condições de entregar uma economia de baixo carbono, zerando as nossas emissões até 2035, 15 anos antes da meta global. Queremos ampliar as cooperações internacionais e parcerias estratégicas com conhecimentos específicos, para continuar com esse papel de produção e preservação”, completou.

Para o presidente da Aprofir, Otávio Palmeira, o governador agiu de forma acertada ao buscar a expansão da produção nesse modelo moderno e sustentável.

“É um momento histórico para a irrigação de Mato Grosso. O governador vai deixar esse legado, que é o estudo dos recursos hídricos subterrâneos de Mato Grosso. Isso vai servir para as futuras gerações. O governador Mauro Mendes teve sensibilidade política e visão de futuro”, destacou.

A secretária de Estado de Meio

Ambiente, Mauren Lazzaretti, avaliou que o posicionamento do governador consolidou Mato Grosso como um estado que produz respeitando o meio ambiente.

“Podemos discutir um pouco sobre as soluções para o monitoramento e conhecimento da nossa disponibilidade hídrica subterrânea e, com esse investimento, Mato Grosso pode se tornar ainda maior enquanto produtor, utilizando a mesma área existente”, registrou.

Também participaram do evento: o governador do Estado de Nebraska, Jim Pillen; a primeira-dama Virginia Mendes; os deputados estaduais Beto Dois a Um, Carlos Avalone e Cláudio Ferreira; os secretários de Estado Mauro Carvalho (Casa Civil) e César Miranda (Desenvolvimento Econômico); o diretor executivo da Aprofir, Afranio Migliari; o diretor de pesquisa do Instituto Water for Food e professor da Universidade do Nebraska, Christopher Neale; o professor da Universidade Federal de Viçosa (MG) e consultor do Imafir/Aprofir, Everardo Mantovani; e o pesquisador da Universidade Federal de Viçosa, Marcos Heil Costa.

Agricultura Irrigada

Agricultura irrigada é a prática de aplicar água diretamente na raiz das plantas, ou seja, empregar a irrigação com o objetivo de melhorar a aplicação de água e fertilizantes, mantendo baixo consumo energético.

A irrigação é a prática agrícola capaz de suprir a deficiência total ou parcial de água para as plantas. Na agricultura irrigada, equipamentos e técnicas específicas são utilizadas para fornecer água de forma artificial, garantindo a produção da lavoura, mesmo quando não há uma oferta natural de água.

Porém, apenas o fornecimento de água às plantas não é garantia de uma lavoura de sucesso. Uma boa agricultura irrigada é feita com planejamento, monitoramento e gestão da irrigação.

Esse planejamento está relacionado a uma série de fatores como cultura,

solo e clima. As necessidades de quem produz e as particularidades dos diferentes métodos de irrigação também precisam ser consideradas. A agricultura irrigada se adapta a vários tipos de solo, além de ser muito eficiente. Por ser um processo que pode ser automatizado, garante facilidade ao trabalho. Além disso, existem muitas outras vantagens da irrigação para a agricultura: diminuição dos efeitos da seca no crescimento e desenvolvimento da cultura; aumento da produtividade e diminuição de riscos; aumento do vigor e estande inicial de plantas; homogeneidade de floração; maior flexibilidade na decisão do período de plantio e colheita da cultura; possibilidade de expansão para áreas não aptas à agricultura de sequeiro; possível utilização para proteção contra geadas. ▲



“A IRRIGAÇÃO É, SEM DÚVIDA ALGUMA, UMA DAS MAIORES OPORTUNIDADES QUE NÓS TEMOS PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS. DA GRANDE PRODUÇÃO QUE TEMOS, A PARTE QUE É FEITA COM IRRIGAÇÃO É MUITO PEQUENA. ESTAMOS CULTIVANDO 12 MILHÕES DE HECTARES PARA A AGRICULTURA E APENAS 1,5% É FEITO COM IRRIGAÇÃO. EM MATO GROSSO, TEMOS POTENCIAL PARA TER QUASE 4 MILHÕES DE HECTARES PARA ÁREAS DE IRRIGAÇÃO”, AFIRMA MAURO MENDES.



Desenvolve MT libera R\$ 9,2 milhões em crédito no primeiro quadrimestre de 2023

O Governo de Mato Grosso, por meio da Agência de Fomento, estimula a abertura e expansão de empresas com linhas de crédito

 **A LINE ALMEIDA/COM ACESSORIA**

No primeiro quadrimestre de 2023, a Desenvolve MT - Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso, liberou em concessão de crédito R\$ 9.214 milhões para apoiar os empreendedores de 35 municípios mato-grossenses, fortalecendo as empresas, gerando emprego e renda. As linhas de crédito mais procuradas são de Capital de Giro, Mulher Empreendedora e crédito para investimentos.

Os setores da economia que mais acessaram crédito nesse período foram o comércio em geral, seguido dos setores de alimentação e alojamento. O ticket médio de valores liberados por empresa ficou em torno de R\$ 42 mil no período.

Para o presidente interino da Desenvolve MT, Willian Moraes, o Governo tem feito seu trabalho em apoiar os empresários por meio de linhas de crédito, fomentando a economia.

“O acesso ao crédito representa um fator indutor ao desenvolvimento do empreendedorismo nos municípios. Os recursos, além de gerar liquidez, movimentam a economia local, estimulando novas iniciativas”, aponta Willian.

No mês de abril, o Comitê Gestor

do MT Garante decidiu ampliar os segmentos econômicos que podem utilizar o Fundo de Aval mantido pelo Estado para buscar investimentos e capital de giro. O Governo do Estado tem aporte de R\$ 110 milhões para ser avalista, desde os Microempreendedores Individuais (MEIs) a Empresas de Pequeno Porte (EPP), além de pequenos a médios produtores rurais, junto às instituições bancárias credenciadas. No ano passado, mais de R\$ 11 milhões foram liberados em linhas de crédito para micro e pequenos empreendedores somente em Cuiabá. Ao longo dos últimos quatro anos, o montante foi superior a R\$ 24 milhões. O setor de restaurantes tem impulsionado e contribuído para a geração de emprego e renda. Até março deste ano, já foram liberados mais de R\$ 3 milhões em concessão de crédito para os empreendedores da capital.

Atualmente, a Desenvolve MT disponibiliza para as empresas diversas linhas de crédito para o fomento dos negócios. Recursos para investimento, capital de giro, compra de máquinas e equipamentos, que podem variar de R\$ 15 mil a R\$ 1 milhão, de acordo com a necessidade de investimento

do empreendedor.

Os pequenos negócios são parte importante para o fomento da economia. Cuiabá abriu, só no ano de 2022, 12.212 MEIs. Atualmente, o universo empresarial de Microempreendedores Individuais é de 46.946 e esse número representa 47% do universo total de empresas ativas no município.

Em Mato Grosso, o número de Microempreendedores Individuais (MEIs), de acordo com o Portal do Empreendedor, é de 62.260 MEIs em atividade até março de 2023, impactando direta e positivamente na economia de Mato Grosso.

Veja algumas das linhas de crédito ofertadas

Desenvolve Empresarial
Financiamentos de máquinas e equipamentos que contenham elementos de fábrica que os permitam ser individualizados, dados em garantia e contenham número de fabricação ou série. Beneficiários são Pessoas Jurídicas - Microempreendedor Individual (MEI); Micro e Pequena empresa. Condições: Valor de até R\$ 1 milhão. Para o Microempreendedor Individual o valor do crédito é de até

R\$20 mil. Prazo Total: Até 48 meses. Prazo de Carência: 06 meses. Taxa de Juros: 1,00% a.m., com bônus de adimplência de 30% para pagamento em dia na fase amortização.

Desenvolve Giro

Linha de crédito para capital de giro. Podem ser beneficiadas Pessoas Jurídicas - Microempreendedor Individual (MEI); Micro e Pequena empresa.

Condições: Valor de até R\$300 mil. Para o Microempreendedor Individual o valor do crédito é de até R\$20 mil. Prazo Total: até 36 meses. Prazo de Carência: até 06 meses, com bônus de adimplência de 30% para pagamento em dia na fase amortização.

Desenvolve Transporte

Financiamentos de motocicletas utilizados no transporte de carga, mercadorias ou de passageiros, de fabricação nacional, novos. Beneficiados são Pessoas Jurídicas - Microempreendedor Individual (MEI); Micro e Pequena empresa.

Condições: Valor de até R\$15 mil. Prazo Total: Até 36 meses. Prazo de Carência: Até 03 meses. Taxa de Juros: 1,30% a.m., com bônus de adimplência de 30% para pagamento em dia na fase amortização.

Desenvolve Empreendedor

Estimular o empreendedorismo do jovem, com idade entre 18 e 29 anos, na geração de emprego e renda e contribuir na melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e suas famílias com o acesso facilitado ao crédito. Pessoas Jurídicas - Microempreendedor Individual (MEI); Micro e Pequena

“O ACESSO AO CRÉDITO REPRESENTA UM FATOR INDUTOR AO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NOS MUNICÍPIOS. OS RECURSOS, ALÉM DE GERAR LIQUIDEZ, MOVIMENTA A ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO NOVAS INICIATIVAS”, APONTA WILLIAN MORAES, PRESIDENTE INTERINO DA DESENVOLVE MT.

empresa podem financiar material de construção, matéria prima, mercadoria de revenda e outros.

Condições: Valor de até R\$15 mil. Com 30% do valor para capital de giro ou 'limpa nome' e 70% para compra de produtos, mercadorias, máquinas e equipamentos. O pagamento é feito diretamente ao fornecedor. Prazo Total: Até 42 meses. Prazo de Carência: Até 06 meses. Taxa de Juros: 0,37% a.m.

Desenvolve Turismo

Capital de giro para empresas que atuam em atividades econômicas relacionadas ao turismo em todo o Estado. Beneficiados são pessoas Jurídicas - Microempreendedor Individual (MEI); Micro e Pequena empresa.

Condições: Valor de até R\$300 mil. Para o Microempreendedor Individual o valor do crédito é de até R\$20 mil. Prazo Total: Até 48 meses. Prazo de Carência: Até 06 meses. Taxa de Juros: 2,00% a.m., com bônus de adimplência de 30% para pagamento em dia na fase amortização.

Mais benefícios e incentivos

O MT Garante ampliou os segmentos que podem utilizar o Fundo de Aval mantido pelo Estado.

“O MT Garante é um instrumento que busca mitigar os riscos da operação de crédito para a instituição financeira, tornando o crédito mais acessível para os pequenos negócios. Ele entra no processo de crédito ofertando as garantias, reduzindo o risco de contrapartida, que é maior nos pequenos negócios. Dessa forma, os juros da operação são reduzidos, tornando o crédito mais acessível, reduzindo o risco da operação”, explicou o presidente do Comitê Gestor e secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda.

Para que mais empresários e produtores rurais possam fazer operações de crédito com aval do MT Garante, foi decidida a ampliação dos segmentos econômicos que anteriormente previa apenas avicultura, confecção e calçados, fruticultura, lácteos (leite e derivados), piscicultura, produtos orgânicos, pulses (ervilha, feijões, grão-de-bico e lentilha), reciclagem,

restaurante em área turística, turismo e horticultura.

Com a mudança, outros empresários como proprietários de salão de beleza, supermercados ou produtores de gado de corte poderão acessar investimentos utilizando o aval do Governo de Mato Grosso.

O MT Garante possibilita que o beneficiário tenha fácil acesso ao financiamento, pois mitiga os riscos da operação para o agente financeiro, melhora o cenário de crédito para pequenas empresas no Mato Grosso, e desenvolve uma rede de cooperação empreendedora no Estado.

O MEI pode acessar até R\$ 70 mil em operações de crédito, uma microempresa pode acessar até R\$ 200 mil e o limite é de R\$ 300 mil para empresas de pequeno porte. No caso do pequeno produtor rural, o limite é de R\$ 250 mil e para médio produtor rural até R\$ 430 mil. Para a instalação de aviários o limite é de R\$ 2 milhões. Por ora os agentes financeiros são: Desenvolve MT, Banco Sicoob, Sicredi, AL5, Unicred e Cresol. Contudo, a Sedec já trabalha para buscar mais instituições financeiras para fazer parte do MT Garante. ▲



“O MT GARANTE É UM INSTRUMENTO QUE BUSCA MITIGAR OS RISCOS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, TORNANDO O CRÉDITO MAIS ACESSÍVEL PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS. ELE ENTRA NO PROCESSO DE CRÉDITO OFERTANDO AS GARANTIAS, REDUZINDO O RISCO DE CONTRAPARTIDA, QUE É MAIOR NOS PEQUENOS NEGÓCIOS”, DESTACA O SECRETÁRIO DA SEDEC, CÉSAR MIRANDA.

Mais de 10 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência; 90% dos casos acontecem em casa

Entre os crimes mais cometidos contra menores no ano passado, está o estupro; mais de 1,5 mil ocorrências registradas em MT

 ALINE ALMEIDA

Mais de 10,4 mil crianças e adolescentes foram vítimas dos mais diversos tipos de violência em Mato Grosso. Os números referem-se ao ano de 2022 e foram divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). Entre os crimes mais praticados contra menores estão: lesão corporal, com 2.211 registros; ameaça, com 1.997; e estupro de vulnerável, com 1.540 ocorrências. Em meio a este cenário, o Estado deu um importante passo rumo à proteção das crianças e adolescentes. O governador Mauro Mendes (União) sancionou, em 4 de maio, a Lei nº 12.097/2023 de autoria da deputada Janaina Riva (MDB) e do deputado Eduardo Botelho (União). A lei cria a "Patrulha Henry Borel" em Mato Grosso. Pioneira no país, a normativa parte de um projeto de



autoria do juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar da capital, Jamilson Haddad.

“Instituí a Patrulha Henry Borel, que atuará garantindo atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Mato Grosso, a qual será regida pelas diretrizes desta Lei, da Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022, e subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)”, destaca trecho da publicação.

Segundo a normativa, o patrulhamento tem como objetivo garantir a efetividade da Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel), que cria mecanismos para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte, estabelecendo relação direta com os órgãos competentes no Estado.

Os procedimentos de atuação da Patrulha Henry Borel terão: aparelhamento da Polícia Militar, preferencialmente o mesmo já utilizado na Patrulha Maria da Penha; capacitação dos Policiais Militares que farão parte desta patrulha, dos conselheiros tutelares e dos demais agentes públicos envolvidos para prestar atendimento. Ainda a qualificação do Estado para prevenção, controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência.

“A Patrulha Henry Borel atuará na proteção, prevenção, monitoramento e acompanhamento das crianças e

adolescentes vítimas de violência doméstica ou familiar e que possuam medidas protetivas de urgência, integrando as ações realizadas pela rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência no Estado de Mato Grosso.” Fica instituído o mês de maio, como o mês dedicado à campanha de conscientização, prevenção, orientação e combate à violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes no Estado de Mato Grosso.

“A ideia é que o Estado organize a gestão estratégica com os demais poderes, instituições, órgãos e sociedade civil para a criação de uma rede de enfrentamento aos crimes contra crianças e adolescentes. O Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil já se prontificaram a serem parceiros na qualificação dos agentes públicos que irão atuar no cumprimento da legislação. É uma

política pública pioneira e visionária no País de proteção a menores em vulnerabilidade e em situação de violência. A gente precisa proteger nossas crianças e isso se faz com prevenção. Agora vamos atrás da regulamentação e de que ela passe a funcionar o mais urgente possível”, explica Janaina Riva.

A Lei Henry Borel - A Lei Federal nº 14.344 de 2022, que torna crime hediondo o homicídio contra menor de 14 anos e estabelece medidas protetivas específicas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, é um espelhamento da Lei Maria da Penha. O texto foi batizado de Lei Henry Borel, em referência ao menino de 4 anos morto em 2021 por hemorragia interna, após espancamentos no apartamento em que morava com a mãe e o padrasto, no Rio de Janeiro.

Maior parte dos casos acontece nos próprios lares



“É UMA POLÍTICA PÚBLICA PIONEIRA E VISIONÁRIA NO PAÍS DE PROTEÇÃO A MENORES EM VULNERABILIDADE E EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. A GENTE PRECISA PROTEGER NOSSAS CRIANÇAS E ISSO SE FAZ COM PREVENÇÃO. AGORA VAMOS ATRÁS DA REGULAMENTAÇÃO E DE QUE ELA PASSE A FUNCIONAR O MAIS URGENTE POSSÍVEL”, AFIRMA JANAINA RIVA.

Juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá, Jamilson Haddad afirma que a violência contra crianças e adolescentes, infelizmente, não está restrita a apenas uma determinada parcela da população. Ela atinge todas as camadas sociais, mas evidentemente que, quanto menor for o índice de desenvolvimento humano, mais vulnerável fica a população. “Devemos compreender que Mato Grosso possui uma imensa extensão territorial, com traços e estruturas culturais diversas, o que dificulta a ação eficiente por parte das forças de segurança do Estado. Além do mais, parcela muito significativa deste crime tem como agressor pessoa da família, o que traz um profundo esgarçamento da relação familiar, deixando a vítima em maior vulnerabilidade.”

O juiz frisa que, quanto mais carente for, maiores as dificuldades impostas para denunciar o agressor e romper com este ciclo abusivo e violento, pois os problemas sociais aumentam em progressão geométrica e os recursos humanos em progressão aritmética. “Penso que o maior desafio é desenvolver a educação de Mato Grosso ao patamar de excelência, de modo a impactar de forma muito positiva em todos os setores sociais, propiciando maior circulação de recursos financeiros, empregabilidade e melhorando a arrecadação para que possamos ter um efetivo em número e em qualidade técnica de policiais preparados e à disposição para desempenhar suas funções na Patrulha Henry Borel, que sem dúvida é uma ferramenta poderosa no combate à violência doméstica e familiar contra criança e adolescente.”

Jamilson explica que a maioria dos casos de violência e agressões contra crianças no Brasil - mais de 90% - ocorre no ambiente doméstico. É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional da Situação de Violência contra Crianças no Ambiente

Doméstico, lançada em março de 2023, pelo ChildFund Brasil, com apoio da The LEGO Foundation. Essa pesquisa indica que 72,7% dos casos acontecem onde moram a vítima e o acusado da agressão; 15,7% na casa da vítima; e 5,2% na casa do acusado. Os percentuais restantes (em torno de 6%) ficam distribuídos entre via pública (1,5%), casa de familiares (1%), ambiente virtual (0,8%), estabelecimento de ensino (0,5%) e de saúde (0,3%), por exemplo. O levantamento, feito entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, escutou 698 pessoas, entre crianças, adolescentes, familiares e professores de crianças de zero a oito anos.

“Os crimes não-letais contra crianças e adolescentes estão sujeitos a altas taxas de subnotificação, uma vez que é necessário o engajamento de um adulto para que os casos cheguem às autoridades, especialmente nos casos em que as consequências físicas da violência não se agravam. Portanto, as redes de atendimento às vítimas de violência e os serviços públicos de segurança pública, assistência social e saúde devem ter profissionais preparados e estratégias ativas de identificação e encaminhamento de vítimas”, ressalta Haddad.

O magistrado explica que, após a violência denunciada, há um trabalho para evitar a revitimização das crianças. Existe uma capacitação contínua dos integrantes da rede de proteção dos municípios, com o objetivo de assegurar o atendimento humanizado de crianças e adolescentes e evitar a revitimização e a violência institucional, inclusive podendo ser adotado o depoimento especial, de modo a evitar ao máximo a revitimização. No caso de violências sexuais, Jamilson destaca que atualmente existe a Rede Protege e o Projeto Luz.

“Cabe ao Judiciário fortalecer a rede de proteção às crianças e

adolescentes, fomentar debates sobre a dignidade da pessoa humana e diálogos da não violência nos colégios, e penso que com a criação e instalação da patrulha Henry Borel em um maior número de regiões aqui no estado de Mato Grosso, contribuirá muito na prevenção e combate à violência contra nossas crianças e adolescentes.”

Jamilson frisa que a lei n 12.097/23, intitulada como Patrulha Henry Borel, representa um marco histórico na prevenção e no combate à violência contra crianças e adolescentes. O irrestrito apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Secretaria de Segurança Pública, do Poder Executivo e, especialmente, das inúmeras manifestações da população, segundo o magistrado, demonstraram a necessidade de se combater essa violência. Sendo um claro sinal de que o Estado de Mato Grosso quer estabelecer um novo marco de efetividade no cumprimento da Lei 8.069/90 (estatuto da Criança e do Adolescente) e da Lei 14.344/22 (Lei Henry Borel).

“Fico muito feliz de ter tido a ideia e redigido esse importante projeto denominado Patrulha Henry Borel, especialmente por ter encontrado apoio da OAB/MT, na pessoa da Dra. Tatiane Barros, vice-presidente da Comissão da Infância e Juventude e o irrestrito apoio da competente deputada, Janaina Riva, que ao ser contatada sobre esse PL, teve a sensibilidade de enxergar no mesmo um instrumento social poderoso no combate à violência doméstica contra criança e adolescentes, dando todo apoio juntamente com o deputado Eduardo Botelho e demais deputados que votaram à unanimidade pela aprovação desse Projeto na ALMT.”

“Destaco que o secretário de Segurança Pública do Estado,

Coronel Roveri, e o Comandante Geral da PM, Alexandre Mendes, também gostaram muito desse projeto e, ao apresentarmos à presidente do TJMT, desembargadora Clarice Claudino da Silva, a mesma também deu total apoio e ressaltou a importância da patrulha Henry Borel na prevenção e combate à violência contra nossas crianças e adolescentes, inclusive colocou o Tribunal de Justiça à disposição para somar forças na capacitação de todos aqueles que participarão dessa nova Lei. Quero agradecer também a sensibilidade do governador Mauro Mendes, que imediatamente, sancionou e aprovou esta Lei, permitindo que Mato Grosso seja o primeiro Estado a desenvolver a Patrulha Henry Borel. Devemos comemorar a aprovação e a sanção desta Lei que criou a Patrulha Henry Borel, e estou na torcida para que o Poder Executivo a regulamente de modo a colocá-la, em breve, em funcionamento em prol da população mato-grossense, prevenindo e combatendo a violência contra nossas crianças e adolescentes”, complementou o juiz.

Violações são “abafadas”

Paulo Prado, titular da Procuradoria

de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente do Ministério Público de Mato Grosso, diz que o maior desafio no Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes no Estado a ser enfrentado é primeiramente orientar e trabalhar a prevenção com as crianças e adolescentes, explicando nas Escolas Públicas, nos bairros, sociedade civil organizada, o que vem a ser violência, abuso e exploração sexual. “Muitas crianças, em virtude da tenra idade, são abusadas e não sabem que são vítimas, porque na expressiva maioria das vezes, o agressor é o genitor, padrasto, tio, enfim, uma pessoa próxima e que exerce relação de afetividade.”

O segundo passo, destaca Prado, é conseguir efetivar as denúncias nos canais existentes, como Disque 100, Ouvidoria do MP - 127, Polícia Militar - 190, Conselho Tutelar, Polícia Civil, entre outros. “A maioria das violências ocorre dentro do lar. Os números aumentaram muito, em razão da mobilização da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos eventos do dia 18 de Maio, do engajamento

da mídia nacional como um todo. Contudo, em face dos agressores, em destacada maioria serem próximos e exercerem relação de afetividade com as vítimas, inúmeras violações são abafadas e silenciadas inexplicavelmente. Além da dependência econômica e psicológica da família vitimizada e o abusador sexual, existem as ameaças para que a prática se mantenha impune.”

Em Mato Grosso, explica Paulo Prado, o Ministério Público possui dois projetos, “A REDE PROTEGE” e o “PROJETO LUZ”, este último premiado nacionalmente, que atuam em Rede, ou seja, com todas as Instituições ligadas à proteção da população infanto-juvenil, a fim de garantir seus direitos fundamentais, realizar acompanhamento médico, social e psicológico, evitar a revitimização e processar e punir o abusador/criminoso.

Prado diz que os projetos acima mencionados e o fortalecimento da Rede de Proteção, composta por Promotores de Justiça, Juizes, Delegados, Polícia Militar, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Secretaria de Saúde, Assistência Social, Perícia, entre outros, trabalham a orientação e prevenção, no entanto, quando os crimes ocorrem, unem esforços, ações e condutas na punição do abusador e total recuperação emocional, moral, física e psicológica das vítimas.

Também destacou que o Ministério Público está desenvolvendo, em todas as Comarcas do Estado de Mato Grosso, reuniões constantes com a Rede de Proteção de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, estimulando capacitações, treinamentos, seminários, estruturações e implantação de projetos e ações de forma prioritária no enfrentamento à violência, abuso e exploração da população infanto-juvenil. ▲



“OS CRIMES NÃO-LETAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTÃO SUJEITOS A ALTAS TAXAS DE SUBNOTIFICAÇÃO, UMA VEZ QUE É NECESSÁRIO O ENGAJAMENTO DE UM ADULTO PARA QUE OS CASOS CHEGUEM ÀS AUTORIDADES, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE AS CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS DA VIOLÊNCIA NÃO SE AGRAVAM”, AFIRMA O JUIZ JAMILSON HADDAD.

“Diagnóstico não é sentença, o autista pode ser o que quiser”, afirma a terapeuta Gabriela Fernandes

A especialista enfatiza a necessidade de romper as barreiras e desmitificar os tabus em torno do autismo para alcançar mais políticas públicas



De acordo com Monitoramento de Autismo e Deficiências do Desenvolvimento, do Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC), nos Estados Unidos, publicado em março de 2023, 1 em cada 36 crianças aos 8 anos de idade no mundo é diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse número representa um aumento de 22% em relação ao estudo anterior, divulgado em dezembro de 2021, que estimava que 1 em cada 44 crianças apresentava TEA em 2018.

Ao transpor essa prevalência para o Brasil, podemos calcular o número de pessoas com TEA no país. Com uma população estimada em aproximadamente 215 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dividir esse número por 36 e multiplicar pelo valor percentual encontrado nos EUA (2,777%) resulta em cerca de 5.997.222 pessoas vivendo com espectro autista no Brasil.

Esses dados reforçam a importância de uma maior atenção e cuidado com a saúde mental, bem como a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas para o diagnóstico precoce e o suporte a pessoas com TEA e suas famílias. Mas afinal, o que é autismo?

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros

meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. A prevalência é maior no sexo masculino. A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados em longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral.

A etiologia do transtorno do espectro autista ainda permanece desconhecida. Evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais. A interação entre esses fatores parece estar relacionada ao TEA, porém é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que causa fatores de risco ambientais. Os fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco de TEA em pessoas geneticamente predispostas. Embora nenhum destes fatores pareça ter forte correlação com aumento e/ou diminuição dos riscos, a exposição a agentes químicos, deficiência de vitamina D e ácido fólico, uso de substâncias (como ácido valpróico) durante a gestação, prematuridade (com idade gestacional abaixo de 35 semanas), baixo peso ao nascer (< 2.500g), gestações múltiplas, infecção materna durante a gravidez e idade parental avançada são considerados fatores contribuintes para o desenvolvimento do TEA.

Necessidade de diagnóstico precoce

Gabriela Fernandes Coelho é Odontopediatra há 10 anos e durante toda a carreira trabalhou com crianças dentro do espectro do autismo. Ela conta que a cada dia

ia apaixonando mais pela área e há cinco anos começou a aprofundar no tema. “Inicialmente visando ajudar meus pacientes no âmbito da odontologia, mas quando eu vi já estava imersa nesse meio, cursei a especialidade em análise do comportamento aplicada, que é para exercer a famosa terapia ABA, me apaixonei ainda mais. Desde então venho me dedicando a essa área.”

Gabriela fez especialização em analista do comportamento e terapeuta ABA, junto com a especialização em intervenção precoce naturalista (DENVER), e foi habilitada para atuar como terapeuta. “Hoje trabalho nas duas áreas, na odontológica, visando o foco em atendimento de crianças com TEA, e também atuo como terapeuta ABA e terapeuta em intervenção precoce naturalista. Trabalhar com crianças sempre foi uma paixão para mim e hoje ter a oportunidade de transformar vidas é o que me move”, disse.

A terapeuta ressalta que receber o diagnóstico de autismo, sem dúvida, é uma das etapas mais difíceis, principalmente para os pais. “Mas é necessário que essa barreira se rompa sim, o diagnóstico precoce é extremamente importante para uma boa resposta ao tratamento. Há diversos estudos que comprovam que quanto antes as terapias forem iniciadas, melhores são as respostas da criança. Uma frase que sempre falo para os pais é: diagnóstico não é sentença, seu filho é capaz de realizar o que ele quiser, e de ter uma vida normal.”

Gabriela destaca que devemos entender que o cérebro dessa criança tem um funcionamento atípico, mas ele também tem plena capacidade de aprender, só necessitando descobrir os melhores meios para



“ANTES, MUITAS PESSOAS NÃO RECEBIAM O DIAGNÓSTICO E VIVIAM A VIDA TODA SEM ENTENDER O QUE TINHAM, INCLUSIVE HOJE MUITAS PESSOAS RECEBEM O DIAGNÓSTICO DEPOIS DE ADULTAS”, AFIRMA GABRIELA FERNANDES.

isso, para que esse aprendizado venha de maneira mais rápida e eficaz. “Eu acho que o diagnóstico é importante para entendermos nossa criança, quando entendemos que alguns comportamentos não são ocasionados por vontade própria e sim por uma condição, fica muito mais fácil saber lidar com as dificuldades. Entender e conhecer é o primeiro passo para buscar o tratamento adequado”.

A terapeuta pondera que o aumento de casos de autismo de fato existe. E temos algumas explicações para isso. A primeira delas é que hoje o autismo é falado e divulgado bem mais do que há alguns anos. Há 5, 10 anos atrás, poucas pessoas sabiam o que era autismo, hoje todo mundo

conhece um pouco mais, o que acaba deixando os pais um pouco mais alertas para alguns sintomas. “Hoje pais com filhos de 1 ano e meio, 2 anos, já percebem alguns sintomas e buscam um médico, facilitando assim os diagnósticos. Antes, muitas pessoas não recebiam o diagnóstico e viviam a vida toda sem entender o que tinham, inclusive hoje muitas pessoas recebem o diagnóstico depois de adultas.”

A terapeuta frisa que a natalidade de pessoas com autismo aparentemente também aumentou. “Um estudo publicado em 2 de dezembro de 2021, realizado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) mostra que 1 em cada 44 crianças é autista. Mas ainda não sabemos ao certo se o número de pessoas com o transtorno realmente está aumentando ou se apenas o número de diagnósticos corretos está aumentando. A maioria dos pesquisadores acredita na segunda afirmação, de que cada vez mais acontece o acesso ao diagnóstico por parte dos pacientes, somado à qualidade da informação por parte dos profissionais da saúde, aumentando assim o número de diagnósticos corretos.

Infelizmente, segundo Gabriela, junto com a carga do autismo vem o capacitismo, que é preconceito que tem como base a “capacidade” de outros seres humanos. Principalmente, quando se pensa na parcela da população que possui algum tipo de deficiência. A terapeuta lamenta que ainda vivemos em uma sociedade capacitista, onde não se enxerga a pessoa com deficiência como alguém capaz. “Crianças são excluídas de brincadeiras por acharem que elas não gostam de socializar ou brincar, na escola professores não passam algumas atividades por julgarem que esse

aluno não conseguirá fazer, não convidamos um colega autista para uma festa por acreditar que autistas não gostam de barulho ou festas e por aí vai. Isso precisa ser mudado urgentemente. A inclusão das pessoas com deficiência ainda deixa a desejar e merece atenção de toda a sociedade.”

Junto com aumento de diagnósticos, Gabriela comemora o fato de que as leis estão mudando e dando cada vez mais suporte a pessoa com deficiência e família. “Mas ainda temos muito o que melhorar. A inclusão nas escolas, por exemplo, ainda não acontece 100% como deveria, seja por falta de recursos financeiros, materiais adequados, capacitação dos profissionais, entre outros.”

A terapeuta afirma que a acessibilidade em estabelecimentos, vias públicas, transportes públicos também ainda não existem de forma plena. “Nossa sociedade começou a olhar agora para as necessidades das pessoas com deficiência, e com isso a cobrar um pouco mais do nosso governo, mas ainda precisamos melhorar muito.” Gabriela Fernandes complementa ainda que precisamos romper a barreira do preconceito e estereótipos. “As pessoas têm uma visão da pessoa com autismo extremamente equivocada, acreditando, por exemplo, que todo autista não fala ou que seja alguém sem emoções, que não gosta de socializar, que não irá estudar, fazer faculdade, casar, ter filhos. Isso são pensamentos preconceituosos e devemos estudar e buscar compreender mais sobre a diferença entre as pessoas, para que pensamentos assim não sejam mais aceitos”, finaliza Gabriela Fernandes. ▀



Canal 30.1



89.5 fm



al.mt.gov.br



FaceALMT



assembleiamt

Acesse



A SIRENE QUE A GENTE QUER OUVIR NA ESCOLA
É ESSA.

E NÃO ESSA.



A Assembleia trabalha para que a rede de ensino em Mato Grosso tenha mais proteção, respeito e tolerância. De janeiro até agora, foram apresentados **18 projetos de lei** para promover um ambiente escolar mais saudável e seguro.

Conheça nossos projetos e participe deles.



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.



TCE-MT aponta que intervenção melhorou saúde de Cuiabá

A inspeção teve foco na rede secundária, incluindo as UPAs do Verdão, Morada do Ouro, Pascoal Ramos e Pedra 90, além das policlínicas do Coxipó e Planalto.

 **ALINE ALMEIDA COM ASSESSORIA**

Relatório de inspeção realizada pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), apontou que a intervenção estadual na saúde de Cuiabá melhorou o atendimento prestado na rede secundária. O documento, apresentado no dia 9 de maio, apontou ações como remanejamento de profissionais, pagamento de débitos e a consequente reativação de serviços.

Sob relatoria do conselheiro Guilherme Antonio Maluf, o processo foi aprovado por unanimidade e resultou ainda na emissão de 14 recomendações à Secretaria Municipal de Saúde.

Presidente da Comissão Permanente

de Saúde e Assistência Social (CPSA) do TCE-MT, o conselheiro destacou que as inspeções tiveram por objetivo avaliar os resultados da intervenção para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que as atividades desempenhadas pela interventora resultaram em uma série de alterações estruturais de funcionamento do sistema como um todo.

“Conforme bem pontuado pela equipe técnica, é perceptível a melhoria na entrega dos serviços aos usuários, bem como da satisfação de parte dos funcionários, vez que houve aumento de profissionais na área da saúde, em razão do remanejamento realizado das unidades básicas às secundárias”,

destacou o relator.

O trabalho, realizado em abril, teve foco na rede secundária, incluindo as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Verdão, Morada do Ouro, Pascoal Ramos e Pedra 90, além das policlínicas do Coxipó e do Planalto. “Houve avanço significativo na regulação dos pacientes internados para outras unidades, em razão da diminuição no tempo de espera. A exceção diz respeito apenas aos pacientes cardiovasculares e com problemas na vesícula”, avaliou.

De acordo com o Guilherme Maluf, verificou-se ainda o recebimento de insumos para atendimento de urgência e emergência. “De um modo geral, todas as unidades

visitadas se encontram com as farmácias abastecidas, com exceção dos medicamentos que estão em escassez em virtude da desestruturação das cadeias globais de produção com a situação pandêmica vivenciada mundialmente.”

No relatório, explicou que, com a regularização de pagamentos a empresas, houve a retomada de serviços referentes à manutenção de equipamentos médicos hospitalares e a reativação de Raio-x. Ponderou, contudo, que algumas unidades se encontram com a parte físico-estrutural comprometida e parte dos materiais e equipamentos de trabalho está sem assistência, o que compromete a prestação de serviços.

Assim, ao avaliar que o problema ainda não foi completamente resolvido, com a finalidade de auxiliar os trabalhos da intervenção, expediu recomendações à Secretaria Municipal de Cuiabá.

Por fim, chamou a atenção para a importância da atuação da Comissão Especial do TCE-MT, criada para acompanhar a intervenção. O grupo, do qual faz parte, é coordenado pelo conselheiro Sérgio Ricardo e integrado também pelo procurador Geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson de Alencar.

Outros resultados

No início da intervenção, foram identificados mais de 110 mil pacientes aguardando por cirurgias. Um dos resultados da intervenção é a retomada desse serviço em Cuiabá. Em 60 dias de intervenção, foram realizados 4.664 procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência na rede municipal de saúde.

Essas cirurgias foram feitas no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), Hospital São Benedito, HPSMC e

nos filantrópicos contratualizados com o município - Hospital Santa Helena, Hospital Geral Universitário e Hospital Universitário Júlio Muller.

A equipe de intervenção que atua na Central de Regulação do município está entrando em contato com os pacientes que esperavam procedimento para o agendamento. A orientação é que os pacientes que estão aguardando cirurgias na rede pública mantenham os dados cadastrais atualizados para facilitar o contato.

“Assumimos a intervenção com a meta de regularizar não apenas as finanças da Saúde de Cuiabá, mas principalmente os atendimentos à população. Nesse período, temos nos empenhado para conseguir dobrar o número de cirurgias realizadas, pois é uma das grandes demandas de saúde em nossa capital, uma vez que muitos pacientes aguardam há anos por procedimentos”, afirmou a interventora na Saúde em Cuiabá, Danielle Carmona.

A intervenção - A intervenção na Saúde foi determinada por decisão judicial em dezembro do ano passado. Em janeiro, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu e foi determinado que o Órgão especial da Justiça Estadual decidisse sobre o assunto. Em março, por maioria, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso definiram a retomada. Foi quando o Governo de Mato Grosso criou um Gabinete de Intervenção na Saúde da capital do estado, Cuiabá, após a Assembleia Legislativa aprovar a intervenção.

A intervenção é resultado de uma longa disputa política e judicial. Em agosto do ano passado, o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso denunciou ao Ministério Público irregularidades na gestão da saúde do município que estariam precarizando a saúde pública de Cuiabá. Entre os problemas relatados estão: falta de médicos, furos nas escalas médicas, falta de medicamentos, atrasos nos pagamentos e assédio moral. ▲



“DE UM MODO GERAL, TODAS AS UNIDADES VISITADAS SE ENCONTRAM COM AS FARMÁCIAS ABASTECIDAS, COM EXCEÇÃO DOS MEDICAMENTOS QUE ESTÃO EM ESCASSEZ EM VIRTUDE DA DESESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS GLOBAIS DE PRODUÇÃO COM A SITUAÇÃO PANDÊMICA VIVENCIADA MUNDIALMENTE”, AFIRMOU O CONSELHEIRO DO TCE, GUILHERME MALUF.



Marcas de luxo apostam na arquitetura e trazem exclusividade e aconchego para dentro dos lares

Os grandes nomes que antes eram vistos em roupas, joias e outros, passam a vestir casas. Em MT, a Casa Fernando Perez traz exclusividade aos produtos para arquitetura

 ALINE ALMEIDA





Morar bem e viver melhor está cada vez mais na moda. Decoração e bem-estar são mercados cada vez maiores e o setor de luxo não poderia ficar de fora. Marcas luxuosas icônicas, das clássicas às modernas, estão levando a exclusividade e o aconchego também para os lares.

Os grandes nomes que eram vistos em roupas, joias e outros, passam a “vestir” as casas. Marcas como Armani Casa, Missoni Home, Louis Vuitton, Dolce & Gabbana Home, entre outras, estão levando o luxo para os lares, com maestria e cuidado em cada detalhe.





Design especial, materiais nobres e acabamentos finos são características dos produtos da linha casa dessas marcas.

Em Mato Grosso, a Casa Fernando Perez disponibiliza esses nomes com exclusividade. Projetos, clientes e arquitetos têm, no Estado, uma loja referência, que traz as marcas de luxo para dentro de casa.

“Nunca ‘vestir casas’ esteve tão ligado à moda como hoje. As grandes marcas, que antes vestiam as pessoas, os públicos, com design, assinatura e estampas diferentes e conceitos, hoje vêm também para dentro de casa. Afinal, a casa se tornou o lugar preferido no mundo.” ▲

MAIS AMPLO E ACOLHEDOR

Roberta Granzotto Decor projeta novo espaço inspirado em ambiente do lar

A loja de decoração, que já se tornou referência com produtos em projetos por todo o Estado, terá um novo endereço para melhor atendimento

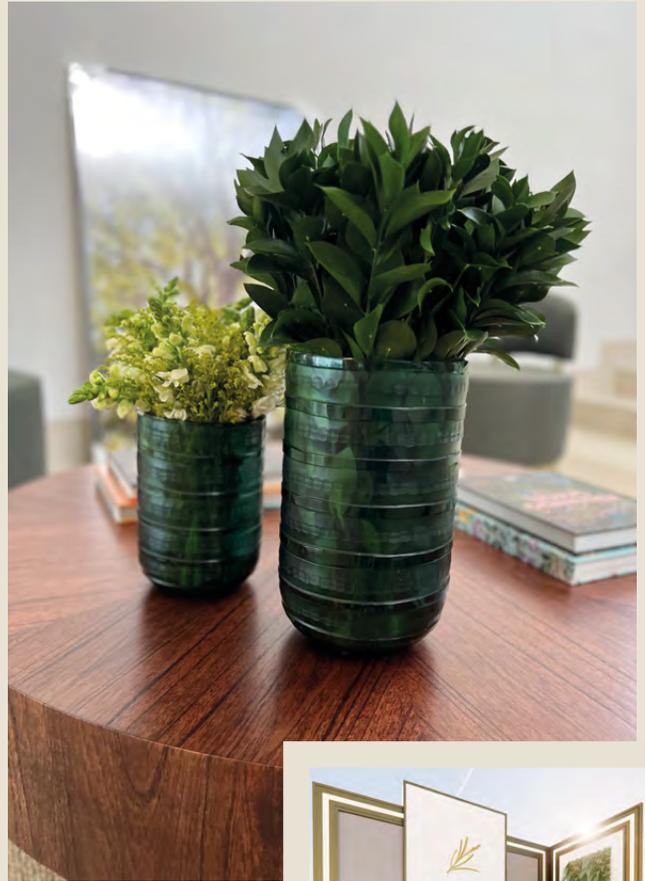


 **ALINE ALMEIDA**

A decoração de interiores era apenas um hobby para Roberta Granzotto. Tanto que, da criação da Alecrim Decor, que hoje leva o nome Roberta Granzotto Decor, a empresária não imaginava a proporção que o sonho ganharia. A loja tornou-se referência na decoração de lares, com produtos em projetos por todo o Estado e ainda em outras unidades da federação. Ganhou tanta proporção que a loja, situada numa galeria do bairro Quilombo, em Cuiabá, ficou pequena para a atual demanda.

A Roberta Granzotto Decor, que em maio completou seu terceiro ano, vai ganhar um espaço mais amplo e acolhedor para atender





clientes e arquitetos. O ambiente não poderia ser diferente. A loja, que terá um espaço quatro vezes maior que a atual, é inspirada no ambiente de uma casa. Exatamente para que os visitantes tenham uma ideia de como os produtos ficarão em seu lar. O novo endereço será na avenida Isaac Póvoas, uma das mais movimentadas da capital. Apesar de ainda não ter uma data marcada para inauguração, Roberta reforça que as expectativas são as melhores para o novo espaço.

“Em maio completamos três anos e há um ano estamos construindo esse novo espaço para mudar para um lugar maior, expor melhor os produtos, atender os clientes e arquitetos. É um espaço mais de quatro vezes maior que o de hoje. Aconchegante, acolhedor e onde será possível uma exposição adequada dos produtos.”

Roberta destaca que a loja na Isaac Póvoas não será em uma galeria. Será um espaço amplo, fácil para as pessoas chegarem, estacionarem, com toda a segurança garantida. “No primeiro ano de loja já percebemos que precisávamos de um novo espaço. Procuramos a questão da localização, um espaço grande e bonito. Neste novo ambiente vamos expor produtos para as pessoas olharem, escolherem e terem uma ideia de como esse produto ficaria na casa dela. A própria exposição na loja é como se fosse a casa do cliente”, complementa Roberta Granzotto.



“O Imprevisto”: Oitavo romance de Eduardo Mahon é baseado em história de jornal

O monólogo de 150 páginas desafia o leitor a reler diversas versões do mesmo fato, cada uma contendo pequenas alterações ou acréscimos, redundando em resultados completamente diferentes

 ALINE ALMEIDA

Oitavo romance do escritor e advogado Eduardo Mahon, “O Imprevisto”, promete “prender” o leitor do início ao fim. O monólogo de 150 páginas desafia o leitor a reler diversas versões do mesmo fato, cada uma contendo pequenas alterações ou acréscimos, redundando em resultados completamente diversos. Enclausurado em um antigo manicômio, o escriturário Ramiro Noronha faz um relato pormenorizado do bárbaro crime que cometeu. O tiro fatal na cigana selou a sorte da personagem. A partir da internação, o insubmisso paciente apresenta uma curiosa

teoria sobre sua própria situação, interagindo com os leitores que podem ou não concordar.

O frenético monólogo que mistura realidade e imaginação faz com que a interpretação sobre os fatos oscile entre variados pontos de vista. O novo romance de Eduardo Mahon problematiza a relação de poder em vários campos do conhecimento e convida os leitores a somar novas perspectivas ao crime do imprevisível protagonista. No fim, toda lucidez será posta em xeque.

Publicado pela Carlini & Caniato Editorial, “O Imprevisto” surgiu de uma provocação que a escritora Cristina Campos fez a Mahon. “A

Cristina me mandou uma notícia há uns dois anos. Um site noticiava que um sujeito foi preso por agredir uma cigana que previu esse fato. De imediato, respondi a ela que escreveria um romance com base no motivo”, contou o autor.

Na história, o personagem Ramiro Noronha está enclausurado em um antigo manicômio, de onde remoi um frenético monólogo que mistura realidade e imaginação. Segundo o autor, embora a ponte entre passado e futuro seja um tema contemporâneo, também está presente na produção clássica. “Veja o caso de Édipo. Ele foi avisado sobre o próprio futuro e, ao tentar



evitá-lo, acaba condenado a cumprir uma profecia já revelada. A pergunta permanece viva nos 'multiversos' dos filmes atuais. Para cada movimento, há uma variação. Ora, ora... a literatura conhece a paráfrase desde sempre. Minha intenção é brincar com isso”.

Mahon diz que “O Imprevisto” é um livro curto, de uma história intensa. Não tem fim, não tem parágrafo, é um relato de um paranoico. “Uma narrativa muito febril eu diria. O livro trata da história do Ramiro Noronha, é um sujeito que é um escriturário. No final das contas, ele tem a mão lida por uma cigana, a cigana prediz que ele será preso. Ele fica tão paranoico com a predição que ele acaba matando a cigana e vai preso. É o que chamamos de tautologia, quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Diante dessa perplexidade ele é julgado, internado. O judiciário entende que ele não goza das faculdades mentais”, complementa o autor.

Para aguçar um pouco a curiosidade, confira um trecho “O Imprevisto”

Se cada evento é motivado por outro que surgiu no passado remoto

ou recente e repercute no futuro indefinidamente, a leitura deste relato pode influir na vida de quem consiga chegar ao final porque, em última análise, era mesmo inevitável que isso acontecesse, uma vez que há milhares de textos de variados gêneros e, dentre todos, foi justamente a minha história a escolhida – um acaso que não existe. Logo que começou a trabalhar aqui, a doutora que me atende às quartas-feiras pediu-me que o escrevesse, um ato de notável humildade porque não é todo mundo que tem paciência de se sentar e ler a versão dos fatos com riqueza de detalhes. Além do mais, a verdade dói. Uma ou duas laudas, disse ela. Impossível, adiantei imediatamente. Doutora, meu caso em si não é tão difícil de entender, mas é complexo por causa da repercussão que ele pode tomar, uma questão de escala, de dimensão, de proporção, a senhora me compreende? Muito bem, o senhor escreva como quiser; o importante é que coloque para fora tudo o que se passou, principalmente os seus sentimentos sobre cada episódio. Eu gostei da doutora logo na primeira consulta, mas ainda tenho algum embaraço de contar tudo o que se passou ou, pelo

menos, o que se passou na minha cabeça, já que sei perfeitamente bem que minha palavra tem um peso relativo, uma vez que estou aqui trancafiado no hospício, o que não retira um centímetro da verdade do meu relato por mais que as pessoas teimem em não crer em gente como eu. Quem sou eu? Explico-me já. Por enquanto, o que não me entra na cabeça é como pode ser possível que sejamos tão desacreditados por desconhecidos e até por conhecidos, porque, de minha parte, nunca devi um centavo a ninguém, nunca prestei falso testemunho, nunca roubei nem enganei outra pessoa. Além do mais, sou funcionário público concursado, fiz inúmeros exames durante a carreira. Quem não se recorda do teste psicotécnico? Também fiz e passei com louvor, salvo engano, com noventa e oito pontos, uma média que só não foi maior por conta da minha letra, que é sofrível. Aliás, para dirigir, todo mundo precisa fazer o exame psicotécnico. O motorista precisa provar ser normal. Mas o que é ser normal? Eu não sei, mas alguém deve saber e esse alguém é precisamente quem nos julga.

*Pedacito do romance “O Imprevisto” (trecho inicial), que vem por aí



Sobre o autor

Eduardo Mahon, 45, é advogado, escritor, doutor em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Autor de diversos livros, recebeu prêmios e teve a obra “Inclassificáveis” selecionada pelo Ministério da Educação, no PNLD Literário 2021. Editor da revista literária Pixé, na qual oportuniza a publicação de vários escritores e artistas nacionais e internacionais.

Carioca residente em Cuiabá, Eduardo Mahon é um dos autores mais prolíficos do estado. Atualmente conta com 27 livros publicados. É, também, imortal da Academia Mato-Grossense de Letras.

O livro pode ser adquirido pelo site da editora Carlini & Caniato Editorial no endereço <https://tantatinta.com.br/livro/o-imprevisto/>

A década dourada

O acelerado crescimento econômico de Mato Grosso nas últimas décadas é um caso de sucesso reconhecido nacional e mundialmente. Impulsionado pela longa cadeia produtiva da agropecuária, o estado atingiu patamar de maior produtor agrícola do país. Em 1994 o PIB do estado representava 0,64% do PIB nacional e em 2021 chegou a aproximadamente 2,0%. Estudo publicado pelo Centro de Liderança Política – CLP, com base em dados do IBGE e IPEA, levantou o crescimento dos estados brasileiros no período de 1985 a 2019. No estudo, Mato Grosso desponta como a economia mais dinâmica e que mais cresceu. Nos 34 anos analisados, Mato Grosso apresentou crescimento médio anual de 6,4%, enquanto o PIB do Brasil cresceu anualmente 2,2% no mesmo espaço temporal. O estado que aparece na segunda posição é o Amazonas que teve crescimento de 5,5%.

Os dados econômicos e sociais confirmam que a década de 2012 a 2021 foi a melhor da economia mato-grossense. Nesse período, mesmo passando por governos locais e nacionais de posicionamento ideológico, político e administrativo de matizes diferentes, a economia regional continuou seu ritmo acelerado de crescimento. Na agropecuária, tivemos aumento da produção, produtividade e lucratividade. Elevação do valor bruto da produção, geração de empregos, expansão do setor de serviços, comércio e da agroindustrialização. E expressivo aumento da arrecadação de tributos. Mato Grosso se tornou campeão nacional na produção de grãos e terceiro maior produtor de soja do planeta, atrás apenas do próprio Brasil e Estados Unidos e à frente da Argentina. A expansão

produtiva continua avançando para novas fronteiras agrícolas como a região oeste (Cáceres e entorno) e nordeste (Araguaia-Xingu). Até poucos anos atrás essas áreas não haviam desenvolvido plenamente suas potenciais vocações para a produção de soja, milho, algodão. Nos últimos anos vivem um ciclo de aumento da produção dessas lavouras, acrescentando outras como gergelim, girassol e milho de pipoca.

Se a última década foi boa para a economia estadual, todos os fatores e indicadores econômicos apontam que a década de 2021 a 2030 será ainda melhor. Será uma verdadeira “Década Dourada”. As razões estão razoavelmente visíveis. Nos últimos anos o estado vem melhorando gradativamente sua infraestrutura logística com construção e privatizações de aeroportos, rodovias e ferrovias. A internet da geração 5G já se expande para os principais centros de produção. Mas a principal tração do salto qualitativo para o novo ciclo econômico de Mato Grosso virá da aceleração da indústria de etanol de milho. A implantação de várias plantas industriais de etanol de milho fez aumentar exponencialmente a produção do cereal. À guisa de exemplo, em 2012 a safra estadual de milho foi de 15 milhões de toneladas. Em 2023, a safra do produto deu um salto para 47 milhões de toneladas. De 2017 até 2022 foram construídas/convertidas 10 indústrias de etanol de milho. Mais três estão em construção com previsão de entrar em produção no primeiro trimestre de 2024. Como resultado dessa expansão industrial, em 2023 a produção de etanol de milho será superior a 4 bilhões de litros. No Brasil existem 18 plantas industriais de processamento de etanol de

milho. Dessas, 10 estão aqui. Esse movimento de agroindustrialização também é verificado nos setores de processamento de carnes bovina, frangos e suínos. As maiores marcas processadoras de carnes nacionais e mundiais, como JBS, BR Foods, Marfrig e Minerva possuem plantas industriais em diversas regiões do estado. A expansão industrial qualifica o emprego, melhora a renda do trabalho e impulsiona outros setores como comércio, serviços e recolhe mais tributos ao estado e aos municípios.

O estado ainda convive com consideráveis deficiências em sua infraestrutura de transportes, educação e sofre com as desigualdades regionais, sociais, bolsões de pobreza. Faz-se urgente concentrar esforços para superar tais deficiências de forma tal que essa nova onda de crescimento seja inclusiva, transforme-se em desenvolvimento econômico e social, permitindo que todos a surfem. ▲



Vivaldo Lopes é economista / E-mail: vivaldo@uol.com.br

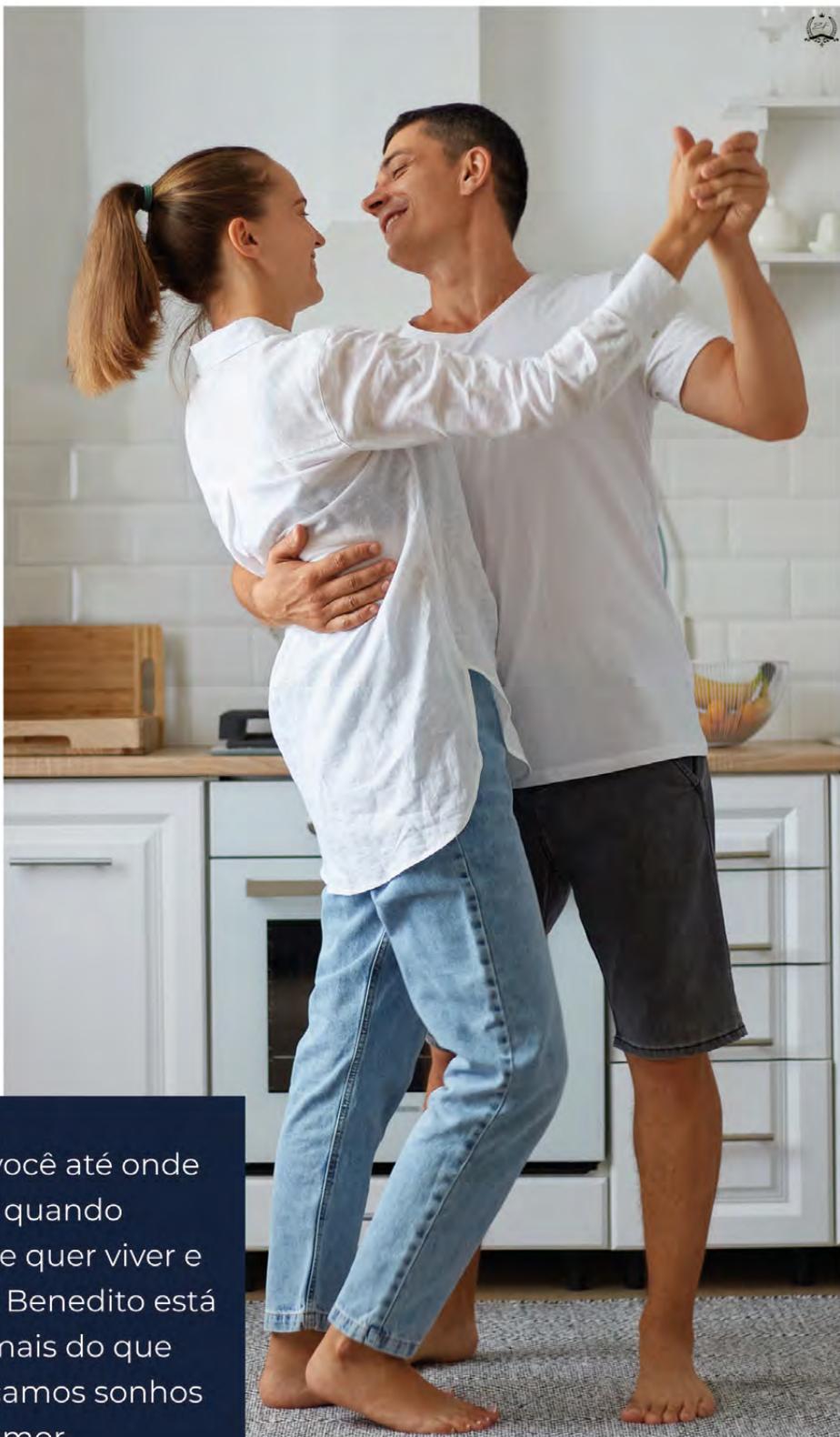


Venha nadar com quem entende!



ACADEMIA MEDLEY

Você e seu filho merecem o melhor



O amor escolhe seu próprio endereço

Deixe seu coração guiar você até onde deseja morar. Você sente quando encontrou seu lugar, onde quer viver e investir seu tempo. A São Benedito está há 40 anos construindo mais do que empreendimentos: edificamos sonhos para serem vividos com amor.

saobenedito.com.br

 [saobeneditocuiaba](https://www.facebook.com/saobeneditocuiaba)

 [gruposaobenedito](https://www.linkedin.com/company/gruposaoabenedito)

 [saobeneditocba](https://www.youtube.com/saobeneditocba)

 [@saobeneditocuiaba](https://www.instagram.com/@saobeneditocuiaba)


SÃO BENEDITO


40 ANOS